

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA  
CURSO MESTRADO EXECUTIVO EM GESTÃO EMPRESARIAL

Antonio Carlos dos Santos Guedes

**O PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE ANTECIPA A NECESSIDADE DE  
REPUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?**

**Rio de Janeiro**

**2008**

**Antonio Carlos dos Santos Guedes**

**O PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE ANTECIPA A NECESSIDADE DE  
REPUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão Empresarial.

**Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso**

**Rio de Janeiro**

**2008**

## **DEDICATÓRIA**

A minha esposa, leal companheira e incentivadora e aos meus queridos filhos Lucas, Tiago e Juliana.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por todos os milagres produzidos desde o sonho até a conclusão.

A minha esposa Roniéri por seu amor e incentivo.

Aos meus filhos, por sentirem orgulho do pai que é o maior dos incentivos a não desistir, e um agradecimento especialmente ao meu filho Lucas que ajudou na coleta de dados.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a relação existente entre a ressalva imposta no parecer da auditoria independente e a reapresentação exigida pelo Banco Central, a existência de forte correlação entre haver ressalva e reapresentação por exigência, indicariam que o parecer teria capacidade de antecipar exigência de reapresentação por parte do Banco Central. Selecionamos o grupo formado pelos bancos que tem ações negociadas na bolsa de valores e mapeamos as combinações formadas pelo tipo de parecer com o tipo de apresentação, de igual modo utilizamos este método em dois estratos da amostra, por porte da firma de auditoria e por haver ou não algum nível de Governança Corporativa. Os resultados não mostraram relação significativa entre parecer com ressalva e reapresentação, nem os estratos demonstraram percentuais significativamente melhores em relação aos demais estratos ou mesmo em relação à amostra. Concluímos que não há relação entre parecer e reapresentação por exigência, nem relevância com relação ao porte ou a governança corporativa, porém os resultados mostraram haver maior percentual de reapresentação espontânea no estrato por governança corporativa, o que indicaria um cuidado maior em relação às demonstrações independente do parecer da auditoria independente.

**Palavras-chave:** auditoria independente; rodízio obrigatório de auditorias; parecer do auditor; instituições financeiras.

## **ABSTRACT**

Key words: independent auditor; mandatory turnover of auditors, auditor's report; financial institutions; auditing standards.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro de Concordância e Dissonância.....	16
Quadro 2: Parecer Sem Ressalva (Limpo) .....	32
Quadro 3: Parecer Com Ênfase .....	33
Quadro 4: Parecer Com Ressalva .....	34
Quadro 5: Parecer Adverso.....	35
Quadro 6: Parecer com Abstenção de Opinião.....	36
Quadro 7: Quadro de Concordância e Dissonância.....	38
Quadro 8: Composição da Amostra .....	44
Quadro 9: Resultado da Pesquisa .....	46
Quadro 10: Resultado da Pesquisa estratificado pelo porte da auditoria – Dez maiores + Arthur Andersen .....	65
Quadro 11: Resultado da pesquisa estratificado pelo porte da auditoria – Demais firmas .....	66
Quadro 12: Resultado da pesquisa estratificado por GC – Algum nível de Governança Corporativa .....	69
Quadro 13: Resultado da pesquisa estratificado por GC – Nenhum Nível de Governança Corporativa .....	70

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Evolução do Índice BOVESPA.....	13
--	----



## LISTA DE SIGLAS

BOVESPA – Bolsa de valores do Estado de São Paulo .....	12
GC – Governança Corporativa .....	12
BACEN – Banco Central do Brasil .....	13
CVM – Comissão de Valores Mobiliários .....	13
SUSEP – Superintendência de Seguro Privado .....	14
CFC – Conselho Federal de Contabilidade .....	15
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil .....	21
CMN – Conselho Monetário Nacional .....	26
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas .....	40
AP – Apresentação .....	41
SR – Sem Ressalva .....	41
CR – Com Ressalva .....	41
RES – Reapresentação Espontânea .....	41
REX – Reapresentação por Exigência .....	41

## SUMÁRIO

1	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
1.1	MERCADO DE CAPITAIS .....	17
1.2	OS AGENTES E SEUS PAPEIS .....	20
1.2.1	INVESTIDORES .....	20
1.2.2	A BOLSA DE VALORES .....	20
1.2.3	A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM .....	21
1.2.4	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC .....	23
1.2.5	INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON .....	24
1.2.6	BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN .....	24
1.2.7	O AUDITOR .....	25
1.3	A DEFINIÇÃO DE QUALIDADE APLICADA AOS SERVIÇOS CONTÁBEIS DE AUDITORIA.....	28
1.4	O PARECER .....	29
1.4.1	PARECER SEM RESSALVA .....	31
1.4.2	PARECER COM ÊNFASE.....	32
1.4.3	PARECER COM RESSALVA .....	33
1.4.4	PARECER ADVERSO .....	35
1.4.5	PARECER COM ABSTENÇÃO DE OPINIÃO .....	36
2.5	O PARECER, A REAPRESENTAÇÃO E A RELAÇÃO DE AMBOS COM A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO .....	37
2	METODOLOGIA.....	40
2.1	COLETA DE DADOS .....	41
2.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	42
	RESULTADO DA PESQUISA .....	46
2.3	REAPRESENTAÇÕES POR EXIGÊNCIA COM PARECER SEM RESSALVA .....	47
2.3.1	BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A. ....	47
2.4	REAPRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA COM PARECER SEM RESSALVA .....	48
2.4.1	BANCO ALFA DE INVESTIMENTOS S.A. ....	48
2.4.2	BANCO DA AMAZONIA S.A. ....	49
2.4.3	BANCO BRADESCO S.A.....	49
2.4.4	BANCO DO BRASIL S.A. ....	50
2.4.5	BANCO DAYCOVAL S.A.....	50
2.4.6	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE .....	51
2.4.7	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.....	51
2.4.8	BANCO ITAU HOLDING FINANCEIRA S.A. ....	52
2.4.9	BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A. ....	52
2.4.10	BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.....	53
2.4.11	BANCO PINE S.A. ....	54
2.4.12	UNIBANCO UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S.A. ....	54
2.5	PARECER COM RESSALVA SEM REAPRESENTAÇÃO .....	55
2.5.1	BRB BANCO DE BRASILIA S.A. ....	55
2.5.2	BANESTE S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO .....	56
2.5.3	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. ....	58
2.5.4	BANCO DA AMAZONIA S.A. ....	59
2.5.5	BANCO NORDESTE DO BRASIL S.A. ....	63
2.5.6	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.....	64
2.5.7	BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA S.A. ....	64

2.6	ESTRATIFICAÇÃO PELO PORTE DA FIRMA DE AUDITORIA .....	65
2.7	ESTRATIFICAÇÃO PELO NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	68
2.8	RESPOSTA À PERGUNTA DA PESQUISA .....	72
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
4	REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

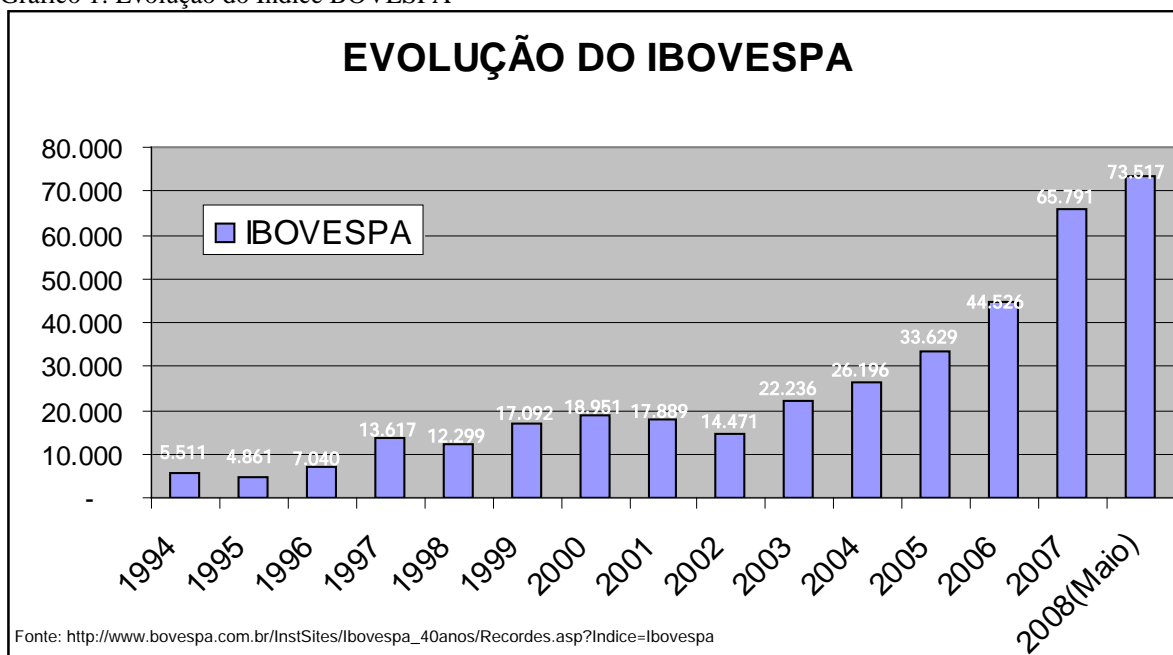
## INTRODUÇÃO

No Brasil, durante o complexo regime inflacionário não havia a disseminação do mercado de capitais como fonte de financiamento representativa, uma vez que havia a possibilidade de se auferir pseudoganhos com aplicações de curtíssimo prazo e baixo risco. Evidentemente que não havia como promover a cultura do investimento de longo prazo ainda mais em operações que, naturalmente, envolvem risco.

Porém, com a estabilização econômica que começou no ano de 1994 com a edição do Plano Real e com a redução gradativa das taxas que remuneravam as aplicações de renda fixa, os investidores começaram a dar maior atenção ao mercado de capitais.

A demanda da sociedade por esta forma de investimento é de tal forma crescente que a vem sucessivamente batendo recordes de movimentação financeira e as recompensas aos investidores têm se destacado das demais aplicações. Com isso houve crescente demanda pelos serviços da bolsa de valores (Gráfico 1) e por práticas de governança corporativa, como forma de se zelar pela transparência e segurança do investidor, de forma que ele tenha que lidar, apenas, com os riscos inerentes ao tipo de aplicação e com o risco sistêmico, excluindo-se, ou pelo menos minimizando suas preocupações individuais com fraudes e práticas ilegais. Note que a palavra risco empregada neste trabalho tem respaldo na definição de Malacrida Junior e Malacrida (2007, p. 552) que definem risco como sendo o elemento da incerteza que pode ser medido, de forma diferente do desconhecido para o qual não há medida.

Gráfico 1: Evolução do Índice BOVESPA



A CVM tem poder de estabelecer padrões contábeis e exigir a divulgação de informações. Quando assim julga necessário, pode exigir a reapresentação das informações, sempre com o objetivo de dar maior transparência ao mercado. No caso de instituições financeiras, desde 1997 com a edição da Lei 9447<sup>1</sup>, o BACEN assumiu a responsabilidade de fiscalizá-las.

Está também sob a égide da CVM o cadastramento dos auditores independentes que atuam nas empresas que operam no mercado de capitais. O auditor, por sua vez, tem papel fundamental, pois verifica “in-loco” a situação das demonstrações a serem publicadas e tem poder de registrar o resultado de seu trabalho como parecer que é parte integrante das demonstrações contábeis, neste aspecto o auditor pode emitir parecer limpo ou não limpo (qualificado) conforme detalhado na seção 2.4 do Capítulo 2.

Quando as informações divulgadas recebem um parecer com ressalva por parte do auditor independente e o Órgão Regulador (seja o BACEN, a SUSEP ou a CVM) ratifica o parecer exigindo a reapresentação das demonstrações é sinal claro aos investidores de que existiam

<sup>1</sup> A Lei 9447/97 foi criada a partir da Resolução do Conselho Monetário Nacional 2208/95 e das medidas provisórias 1179/95 e 1182/95 e trata da criação do PROER.

problemas de qualidade na informação, mas gera no usuário da informação a expectativa de que o problema foi sanado. Quando, porém, o parecer do auditor e a interpretação do órgão regulador divergem com relação às demonstrações, por exemplo, quando o auditor independente não identifica problemas e emite o parecer sem ressalva e posteriormente o órgão regulador exige a reapresentação em assunto obrigatório da agenda de auditoria, revela baixo nível de independência do auditor, ou excesso de rigor por parte do órgão regulador ao analisar e julgar as informações prestadas pelas companhias abertas ao mercado. Por outro lado, quando o auditor emite parecer com ressalva e o órgão regulador não exige reapresentação, revela excesso de rigor por parte do auditor independente; ou falta de capacidade do órgão regulador em processar e julgar a qualidade da informação prestada pelas empresas ao mercado.

Este trabalho dedica-se a investigar a relação existente entre o parecer do auditor e a exigência de reapresentação por parte do BACEN e da CVM, de forma a identificar se o parecer do auditor é capaz de antecipar as exigências de reapresentação das demonstrações contábeis prestadas pelos bancos brasileiros.

A qualidade das informações contábeis e a sistemática que garantirá os níveis adequados de confiabilidade são essenciais à manutenção do mercado de ações. O comprometimento da confiança dos investidores nas informações divulgadas poderia ter conseqüências desastrosas para os participantes (bancos, investidores, correntistas e os próprios órgãos reguladores).

Assegurar a qualidade da informação contábil prestada por suas empresas é responsabilidade de seus gestores e do contador responsável, estando ambos sujeitos às penalidades impostas no Código Civil e, mais especificamente o contador (seja o elaborador das demonstrações contábeis ou o auditor) às sanções do Conselho Federal de Contabilidade, além da cassação do Registro de Auditor Independente perante a CVM .

Cabe, porém, aos processos de análises e verificações posteriores, realizados pelo auditor independente e pelo órgão regulador, sinalizar ao mercado se as demonstrações contábeis atendem aos padrões básicos de qualidade.

Os recentes fatos ocorridos em empresas de expressão mundial trouxeram a tona um problema que é tão antigo quanto o próprio mercado de capitais. Assim, informações entre o gestor da empresa e seus stakeholders, ou seja, o poder dos controladores das Companhias sobre as informações divulgadas ao mercado em detrimento dos minoritários.

A omissão ou a divulgação de informações divergentes da realidade coloca em risco a confiança do investidor e por consequência o funcionamento sistêmico do mercado afetando a economia popular e o custo de capital das empresas.

Não obstante outros mecanismos de governança corporativa, a fiscalização exercida pelo BACEN e o escrutínio pela auditoria independente, objetivam aferir a qualidade das demonstrações contábeis divulgadas pelas companhias de capital aberto ao mercado de capitais. O auditor independente, o BACEN e a CVM têm papéis distintos na garantia da qualidade da informação contábil prestadas pelos bancos ao mercado de capitais.

O auditor independente é o agente externo que entra na empresa com a finalidade de verificar a qualidade dos registros contábeis e das informações a serem divulgadas pelas empresas (seus clientes ao mercado). Tem grande capacidade de investigação em função de sua proximidade com a origem das informações e do acesso aos documentos e registros contábeis. Por outro lado, não tem o poder de alterá-las ou rejeitá-las, pode tão somente emitir parecer caracterizando a situação que encontrou.

Já o BACEN tem o poder de exigir dos bancos informações contábeis e operacionais periódicas e as demonstrações contábeis pró-forma (antes da publicação), para fazer o cruzamento de dados e a validação das últimas. Encontrando qualquer indício de

irregularidade, o BACEN, pode exigir esclarecimentos e a correção ou complementação previamente à divulgação, de forma a evitar eventual representação, pois entende que as representações podem afetar a confiança dos correntistas e investidores, quanto à saúde financeira do Banco.

De outra forma, após a análise e a manifestação do auditor independente através do parecer, o BACEN e a CVM realizam suas análises mediante informações prestadas pelas companhias de capital aberto, dentre elas o próprio parecer do auditor independente, tendo ela poder para exigir a correção ou complementação das informações que, a seu critério, não foram esclarecidas ocasionando a “reapresentação por exigência”.

Nosso objetivo é identificar se há correlação entre o parecer da auditoria independente e a exigência de reapresentação. Desta forma caracterizamos a sistemática que garantiria a qualidade das informações contábeis divulgadas ao mercado e que subsidiaria à tomada de decisão dos investidores sobre a qual construiremos as hipóteses desta pesquisa, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Quadro de Concordância e Dissonância

PARECER	REAPRESENTADO			
	NÃO	S		
		ES (ESPONTÂNEA)	EX (EXIGÊNCIA)	ES ou EX
<b>SEM RESSALVA</b>	<b>CONCORDÂNCIA</b>	DISSONÂNCIA	DISSONÂNCIA	<b>DISSONÂNCIA</b>
<b>COM RESSALVA</b>	<b>DISSONÂNCIA</b>	<b>CONCORDÂNCIA</b>	<b>CONCORDÂNCIA</b>	<b>CONCORDÂNCIA</b>

Este estudo foi motivado pela atenção que a qualidade dos trabalhos prestados pelas auditorias independentes tem recebido desde 1996, quando foi emitida a Resolução do BACEN 2267/96, exigindo o rodízio das auditorias independentes, o que foi seguido pela CVM (Instrução normativa CVM 308/99), CMN (Resolução CMN 3198/04), CNSP (Resolução CNSP 118/04) e pelo CFC (Resolução CFC 1034/05).



## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo discorreremos sobre os fundamentos teóricos de forma a elucidar os termos e agentes essenciais à compreensão do assunto.

### **1.1 MERCADO DE CAPITAIS**

A origem desta forma de associação é incerta. Seus principais e mais antigos expoentes foram a Companhia das Índias Orientais, constituída em 1606 e A Companhia das Índias Ocidentais em 1621. Estas sociedades de capital foram constituídas com o objetivo de promover expedições marítimas na busca de especiarias na Ásia, a exigência de elevado capital e os riscos envolvidos nesta empreitada incentivaram os organizadores a permitir que mais investidores participassem, neste caso, os comerciantes atacadistas. (Sá, 1987 – p. 29)

A primeira expedição da Companhia das Índias Orientais demandou recursos da ordem de 68 mil libras que foram obtidas com a venda de ações a cerca de 200 investidores que ao final da expedição auferiram dividendos de cerca de 220% sobre o valor investido. (Sá, 1987 – p. 29)

Desde o principio, a natureza do mercado de capitais é a reunião de pessoas com o objetivo de buscar lucro. A grande quantidade de investidores se justifica pela natural aversão a risco, embora a demanda de recursos seja de elevada monta, os valores investidos individualmente são suportáveis em caso de perda.

A organização e conseqüentemente regulação deste mercado nasceram com o código Comercial Francês em 1807 quando ao reconhecer este tipo de sociedade limitou as responsabilidades dos acionistas ao valor das ações subscritas. Esta divisão do capital em

ações desvinculadas da propriedade pessoal e específica, mas voltada ao acionista titular originou o termo Sociedade Anônima<sup>2</sup>. (Sá, 1987 – p. 30)

No Brasil o primeiro ato oficial sobre sociedades por ações ocorreu no ano de 1849 com a edição do Decreto 575 que vigorou até 1850 quando o artigo 295 do Código Comercial substituiu esse Decreto. A partir dele surgiram inúmeros diplomas legais culminando em 1940, com a chamada Lei das Sociedades Anônimas. A expansão do mercado após 1964 deixou claro que a legislação havia se tornado obsoleta, em especial no que se referia à proteção dos acionistas minoritários dando origem à nova Lei das Sociedades Anônimas promulgada em 1976. (Sá, 1987 – p. 31)

Por muitos anos a característica do mercado de investimentos no Brasil foi marcada por aplicações de curtíssimo prazo desvinculadas do setor produtivo, característica marcante de mercados com alta taxa de inflação, de rentabilidade em aplicações eminentemente financeiras. Afinal segundo Sá (1987, p. 19), “o mercado de capitais ao desempenhar um papel catalisador do processo alocativo de recursos, por ser um mercado de títulos de longo prazo ou de prazo indeterminado (caso das ações), encontra na inflação elevada seu maior inimigo”.

Por esta razão o Brasil tem pouco desenvolvida a cultura do investimento de longo prazo e menos ainda a aceitação do risco em um ambiente que a pouco mais de uma década pagava muito com baixíssimo risco.

---

<sup>2</sup> Atualmente o termo mais adequado é Sociedade por Ações, uma vez que a Lei 8021/90, no artigo 4º alterou a redação do artigo 20 da Lei 6.404/76, proibiu a negociação de títulos ao portador, não há mais que se falar em sociedade anônima, afinal, todas tem seus proprietários identificados.

Em face da crescente popularização do mercado de capitais no Brasil, do controle inflacionário, da redução de taxas de juros e da obtenção do grau de investimento pelas agências internacionais de “rating”, é provável que em poucos anos experimentemos reflexos sociais análogos aos países cujo mercado está bem mais desenvolvido, conforme Sá (1987, p. 35): “Na nova fase em que ingressa a economia brasileira, após anos de inflação renitente e explosiva nos últimos tempos, este tipo de sociedade poderá desempenhar um papel importantíssimo para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do País”.

Em mercados desenvolvidos cuja poupança interna foi desde muitas décadas direcionada ao setor produtivo, têm hoje na massa de trabalhadores ativos e aposentados seus principais financiadores. Nos Estados Unidos o peso dos fundos de pensão e de tal monta elevado que afirma Peter Drucker (2001, p. 137) “Apenas nos EUA os trabalhadores, por intermédio de seus fundos de pensão, também se tornaram os proprietários legais, investidores e a força controladora do mercado de capitais”.

O que revela uma grande oportunidade de injeção de recursos para o financiamento do setor produtivo traz consigo um risco social como o que provocou o caso ENRON, que da noite para o dia aniquilou inúmeras poupanças trazendo na crise do mercado a crise social.

Embora possamos enumerar diversas causas para se configurar problema desta monta, queremos nos deter na falta de qualidade da informação contábil independente de sua razão.

Segundo Andrezo e Lima (2007, p.15) a regulação do mercado se justifica por ser depositário da poupança da sociedade e por potencializar o crescimento econômico.

“Em razão do mercado financeiro envolver recursos de poupança popular e poder exercer fundamental importância no crescimento econômico, justifica-se a intervenção do Estado.”

## **1.2 OS AGENTES E SEUS PAPEIS**

Nesta seção discorreremos sobre os agentes e as instituições públicas e privadas que organizam e regulam o funcionamento do mercado de capitais no Brasil, dentre eles: Os investidores, a Bolsa de Valores, a Comissão de Valores Mobiliários, o CFC, o IBRACON, o BACEN e o Auditor Independente.

### **1.2.1 INVESTIDORES**

Os investidores são pessoas físicas que operam como investidores individuais, ou investidores chamados de institucionais tais como as companhias de investimento, fundos de pensão e entidades de previdência privada, fundos de investimentos e companhias de seguro e capitalização. (Comissão Nacional de Bolsas, 2005 – p. 245)

### **1.2.2 A BOLSA DE VALORES**

A origem da palavra BOLSA surgiu em Bruges, cidade da Bélgica, onde se encontravam comerciantes e mercadores, na casa de um senhor chamado Van Der Burse, cuja família possuía um brasão contendo o desenho de três bolsas, simbolizando honrarias e méritos por atuar na área mercantil. (Seminário Bolsa de valores e Mercado de Capitais – Comissão Nacional de Bolsas de Valores, 1994 – p. 22)

A Bolsa de Valores, conforme Resolução 2690/2000 do Conselho Monetário Nacional, são associações civis sem fins lucrativos ou sociedades anônimas, e tem por objetivo, entre outros, manter local adequado ao encontro de seus membros para a realização de operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários em mercado livre, aberto, organizado e fiscalizado por seus membros, pela autoridade monetária e, em especial, pela CVM. Além dessas funções básicas, as bolsas de valores propiciam liquidez às aplicações, fornecendo um preço de referencia para os ativos ali negociados por intermédio de um mercado contínuo representado por seus pregões diários. (Comissão Nacional de Bolsas, 2005 – p. 32)

### **1.2.3 A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM**

Entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda, administrada por um presidente e quatro diretores nomeados pelo Presidente de República e que funciona como órgão de deliberação colegiada de acordo com o regimento interno aprovado pelo Ministério da Fazenda. (Comissão Nacional de Bolsas, 2005 – p. 26)

Compete a CVM assegurar o funcionamento eficiente e regular do mercado de bolsa e de balcão; regulamentar, orientar e fiscalizar os fundos de investimentos; proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e atos ilegais de administradores e acionistas controladores de companhias ou de administradores de carteira de valores mobiliários; evitar e coibir modalidades de fraudes, manipulações destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários negociados no mercado; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; e por fim, promover a

expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações estimulando as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas. (Comissão Nacional de Bolsas, 2005 – p. 27)

A CVM tem poderes para examinar livros e documentos e exigir informações e esclarecimentos de qualquer órgão público, autarquia e empresa pública. Pode obrigar as companhias abertas a republicar suas demonstrações financeiras mediante correções as quais divulga de forma a orientar os participantes. Tem poderes de abrir inquéritos administrativos para apurar atos ilegais e práticas não eqüitativas cometidas pelas administrações das companhias abertas ou de qualquer participante do mercado, aplicando as penalidades previstas, podendo suspender a negociação de um título ou colocar em recesso toda a bolsa de valores, suspender ou cancelar registros. (Comissão Nacional de Bolsas, 2005 – p. 27 e 28)

A informação divulgada pela CVM é classificada de três formas:

- Quanto ao conteúdo:
  - Cadastral
  - Societário
  - Contábil / Financeiro
- Quanto à periodicidade
  - Trimestral
  - Anual
- Quanto à versão
  - Apresentação - Indica que houve apenas uma apresentação das informações, e que nem a CVM nem a empresa entenderam como necessária retificar ou complementar as informações.

- Reapresentação espontânea – Indica que houve reapresentação para correção ou complementação de informação, de iniciativa da empresa.
- Reapresentação por exigência – Indica que a CVM, após análise, exigiu que a empresa corrigisse e/ou complementasse as informações.

Neste trabalho analisaremos somente as informações anuais, de reapresentação espontânea ou por exigência, cujo motivo é necessariamente objeto do trabalho de auditoria desconsiderando as demais reapresentações.

#### **1.2.4 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC**

O Conselho Federal de Contabilidade, criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, é uma Autarquia Especial de Caráter Corporativista sem vínculo com a Administração Pública Federal.

Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, normatizada pela Resolução CFC nº 960/03 que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. O CFC é integrado por 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes (Lei nº 11.160/05) e tem por finalidade, nos termos da legislação em vigor:

- Orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

- Representar os CRCs, e sob a forma de Conselho Especial de Tomada de Contas, examinar e julgar as contas do CFC, organizadas e prestadas por seu Presidente.

### **1.2.5 INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON**

O IBRACON tem a função de discutir, desenvolver e aprimorar as questões éticas e técnicas da profissão de auditor e de contador e, ao mesmo tempo, atuar como porta-voz dessas categorias diante de organismos públicos e privados e da sociedade em geral. Auxiliar na difusão e na correta interpretação das normas que regem a profissão, possibilitando aos profissionais conhecê-las e aplicá-las de forma apropriada. Também é função do IBRACON atuar no conjunto das entidades de ensino colaborando para o aprimoramento da formação profissional por meio da divulgação das atribuições, do campo de atuação e da importância do trabalho do auditor independente em nossa sociedade.

Para isso, o IBRACON promove periodicamente, seminários, palestras, fóruns de discussão e treinamentos conduzidos por profissionais qualificados, visando à capacitação e à atualização permanente de seus associados. (site <http://www.ibracon.com.br/conheca>)

### **1.2.6 BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN**



O BACEN - Banco Central do Brasil é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda, é um órgão executivo. Cabe a ele cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas emanadas do CMN (Conselho Monetário Nacional). As atribuições privativas do BACEN lhe conferem poderes para emitir dinheiro e executar os serviços de circulação de dinheiro; executar os recolhimentos compulsórios, encaixes obrigatórios e depósitos voluntários das instituições financeiras; realizar operações de redesconto e empréstimo a instituições financeiras; controlar e fiscalizar crédito assim como o capital estrangeiro; ser depositário de reservas oficiais de ouro e moedas estrangeiras no país; fiscalizar as instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas, todos os atos relativos à instalação, funcionamento, fusões e etc. de instituições financeiras e administrar a dívida interna. (Comissão Nacional de Bolsas - 2005, p. 26 e 27).

Com a edição da Lei 9447/97 o BACEN assumiu, além de suas prerrogativas, a condição de exigir, quando assim julgar necessário, a reapresentação das demonstrações contábeis das instituições financeiras. No caso das instituições financeiras cujas ações são da Bolsa de Valores.

### **1.2.7 O AUDITOR**

Etimologicamente a palavra auditoria origina-se do latim “audire” que significa ouvir. (Araújo, Arruda e Barreto, 2008).

Para Araújo, Arruda e Barreto (2008, p. 2) a auditoria pode ser definida como o confronto de uma situação encontrada e um determinado critério ou como um processo de exame independente de situação específica, tendo em vista a emissão de juízo sobre a conformidade

com padrões, de forma semelhante Arkin apud Vieira (1992 – p. 3) define “o objetivo do exame das demonstrações contábeis pelo auditor é expressar uma opinião sobre a fidedignidade com que elas apresentam a posição financeira e os resultados das operações.”

O objetivo do trabalho do auditor é “dar maior credibilidade às informações divulgadas, bem como maior segurança para seus usuários.” (Comissão Nacional de Bolsa- 2005, p. 37)

Historicamente os processos de auditoria têm início em épocas remotas, civilizações antigas já se utilizavam desta forma de exame com o objetivo de garantir a propriedade de uns, confiada a outros.

“A auditoria começa em época tão remota quanto a contabilidade. Sempre que o avanço da civilização tinha implicado que a propriedade de um homem fosse confiada a outro, era desejável que fosse verificada a sua fidelidade.

No antigo Egito havia a verificação independente dos registros de arrecadação de impostos. Na Grécia eram realizadas inspeções nas contas de funcionários públicos. Os Romanos comparavam gastos com autorizações de pagamentos. Os nobres ingleses medievais indicavam auditores para revisarem os registros contábeis e relatórios preparados pelos criados. “ (Boynton, Johnson e Kell – 2002, p. 34).

A auditoria como a conhecemos hoje surgiu em meados do século XIX com a necessidade de verificação por parte de acionistas não gestores sobre a gestão dos acionistas que detinham esta incumbência. Rapidamente a profissão contábil assumiu esta responsabilidade.

“A auditoria de empresas começou com a legislação britânica em meados do século XIX, inicialmente esta tarefa cabia aos acionistas que não participavam da administração das empresas que delegavam poderes a um ou mais entre si para esta tarefa. Rapidamente a profissão contábil se apresentou para suprir esta demanda.” (Boynton, Johnson e Kell – 2002, p. 35).

A relevância dos investimentos britânicos e escoceses fora de suas fronteiras, mais especificamente nos Estados Unidos com o aporte de investimentos pesados em projetos no novo mundo foi o grande propulsor da disseminação das práticas de auditoria nos Estados Unidos. Os investidores passaram a enviar seus próprios auditores com o objetivo de prevenir e identificar fraudes por parte dos administradores profissionais. (Boynton, Johnson e Kell – 2002, p. 35).

A preocupação social com as fraudes contábeis levou a profissão a se organizar e o Estado a exigir que as demonstrações contábeis fossem auditadas, segundo Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 35):

“Em 1896, o Estado de Nova Iorque foi o primeiro a aprovar legislação sobre registro de Auditores e em 1921 todos os demais Estados já haviam aprovado legislação semelhante. Em 1932 a bolsa de valores de Nova Iorque passou a exigir que todas as empresas nela listada obtivessem parecer de auditoria independentes.”

No Brasil, com a atual e crescente importância do mercado de capitais e acompanhando o movimento regulatório imposto às empresas, com maior ênfase após os fatos ocorridos na década de 90 que segundo Araújo, Arruda e Barreto (2008) “colocaram em xeque a própria profissão de auditoria”, o auditor independente tem sido regulado pela CVM que condiciona sua atuação, no âmbito do mercado de valores mobiliários, à obtenção de registro específico mediante exame de qualificação técnica aplicado pelo CFC em conjunto com o IBRACON. O

Inciso V do artigo 3º da Instrução Normativa CVM 308/99 assim estabelece: “ter sido aprovado em exame de qualificação técnica prevista no Art. 30<sup>3</sup>”.

Interessante notar que esta categoria profissional esta, por definição, sujeita à influência de mais de uma instituição, conforme se observa no artigo 20 da referida Instrução Normativa, o auditor independente deve observar também as normas do CFC e os pronunciamentos técnicos do IBRACON, no que se refere à conduta profissional, ao exercício da atividade e à emissão de pareceres e relatórios de auditoria.

### **1.3 A DEFINIÇÃO DE QUALIDADE APLICADA AOS SERVIÇOS CONTÁBEIS DE AUDITORIA**

Segundo Juran (1962, apud Vieira, 1992, pp.11) o controle de qualidade consiste em prevenção de defeitos. Vieira (1992) amplia o conceito de qualidade a um controle mais abrangente que apenas a observação dos procedimentos, mas inclui a necessidade desta preocupação, desde a contratação de pessoal especializado até a emissão do parecer.

“Não devemos entender controles de qualidade como somente um conjunto de procedimentos voltados diretamente para a execução específica de um serviço de auditoria. Muito mais do que isso, os controles de qualidade devem abarcar toda estrutura de uma empresa, desde a seleção de pessoal técnico até a emissão do parecer de auditoria.” (Vieira, 1992)

---

<sup>3</sup> O artigo 30 da IN CVM 308/99 estabelece em seu parágrafo único: “O exame de qualificação técnica será aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em conjunto com o Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON ou por instituição indicada pela CVM, nos moldes a serem definidos em ato próprio”.

A noção de que as empresas de maior porte teriam melhores condições de manterem programas de qualidade mais eficientes é endossada por Vieira (1992), quando afirma que: “a manutenção de um eficiente programa de controle de qualidade exige um considerável aporte de investimentos, o que, na prática só é viável às grandes empresas”.

Ele ainda caracteriza a independência do auditor como sendo o primeiro padrão de qualidade a ser alcançado.

#### **1.4 O PARECER**

Antes de relacionar o parecer à qualidade da informação, precisamos definir o que é o parecer e suas diversas formas de manifestação.

O parecer é expressão da opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis em relação a sua adequação, ou não, às práticas contábeis, princípios fundamentais de contabilidade, requisitos legais, regulamentares e societários. Além de estar o conjunto das demonstrações contábeis condizentes com o conhecimento do auditor sobre os negócios e práticas da entidade. (NPA 01 – IBRACON)

Segundo a Resolução CFC 830/98, o parecer é composto por três elementos básicos:

- a. Parágrafo referente à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades da administração e dos auditores.
- b. Parágrafo referente à extensão dos trabalhos.
- c. Parágrafo referente à opinião sobre as demonstrações contábeis.

Ao expressar sua opinião é essencial que o parecer atenda aos seguintes requisitos:

- Indicação da pessoa ou entidade à qual é dirigido o parecer;
- Indicação das demonstrações contábeis examinadas, data e períodos a que correspondem;
- Declaração de que o exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria generalizadamente aceitas;
- Declaração de que, na opinião do auditor, as demonstrações contábeis examinadas representam ou não representam adequadamente a posição específica indicada;
- Declaração de que, na opinião do auditor, as demonstrações contábeis examinadas foram ou não foram elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade generalizadamente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior;
- Data do parecer;
- Assinatura do parecer.

Segundo a resolução CFC 700/91, item 11.3.1.9 o parecer pode ser:

- a) Parecer sem ressalva;
- b) Parecer com ressalva;
- c) Parecer Adverso;
- d) Parecer com abstenção de opinião.

Embora não previsto na resolução CFC 700/91 pode ser utilizado o parecer com parágrafo de ênfase quando houver risco da continuidade operacional da entidade.

“11.10.2.19. Se a divulgação nas Demonstrações Contábeis for adequada, o auditor deve emitir um parecer sem ressalva, adicionando um parágrafo de ênfase que destaque o problema da continuidade operacional da entidade, fazendo referência à nota explicativa nas Demonstrações Contábeis que divulgue os aspectos relacionados ao assunto.” Resolução CFC 1037/95

#### **1.4.1 PARECER SEM RESSALVA**

Indica que o auditor está convencido de que as demonstrações contábeis foram elaboradas, segundos os princípios fundamentais de contabilidade e as demais disposições contábeis e legais pertinentes, em todos os aspectos relevantes. (Araújo, Arruda e Barreto – 2008, p. 297) Como exemplo apresentamos no quadro 2 o parecer emitido pela Boucinhas & Campos ao BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo no ano de 2005.

Quadro 2: Parecer Sem Ressalva (Limpo)

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas do

BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo

1. Examinamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo levantado em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do BANESTES S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo em 31 de dezembro de 2005 e o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis relativas ao [ ] nos e para glosa constituídas em 31 de dezembro de 2005.

Vitória, 17 de fevereiro de 2006

BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECNTI

Auditores Independentes S/S CRC-SP-5.528-S-ES

Toshio Nishioka

Contador-CRC-SP-104.690/O-S-ES

Fonte: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

#### 1.4.2 PARECER COM ÊNFASE

O parecer com parágrafo de ênfase é emitido quando ocorre incerteza relevante cujo desfecho poderá afetar, significativamente, as posições patrimoniais e financeiras da entidade. A ênfase deverá ser baseada nas notas explicativas divulgadas. (Araújo, Arruda e Barreto – 2008, p. 305), segundo a resolução CFC 1037/95 esta forma deve ser utilizada quando houver risco de continuidade operacional. Em muitos autores esta forma de parecer não é abordada.

O quadro 3 apresenta o parecer emitido pela Deloitte ao Banco Santander do ano de 2006.



### Quadro 3: Parecer Com Ênfase

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Santander Banespa S.A.

(Atual denominação do Banco Santander Meridional S.A.)

São Paulo – SP

1.Examinamos os balanços patrimoniais individuais (Banco) e consolidados do Banco Santander Banespa S.A. (atual denominação do Banco Santander Meridional S.A.) e controladas (Consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2006, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2.Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Santander Banespa S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4.Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, o Banco Santander Banespa S.A. é o resultado das incorporações do Banco Santander Brasil S.A. (BSB), do Banco Santander S.A. (BSSA) e do Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA (Banespa), pelo Banco Santander Meridional S.A., ocorridas com base nos saldos contábeis de 30 de junho de 2006, aprovadas pelo Banco Central do Brasil – Bacen, estando o processo de abertura do capital do Banco Santander Banespa S.A. em fase de homologação pela CVM.

São Paulo, 31 de janeiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Francisco A. M. Sant'Anna

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 120424/O-8

Fonte: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### 1.4.3 PARECER COM RESSALVA

O parecer com ressalvas ou restrições é apresentado quando o auditor conclui que as discordâncias ou restrições no escopo do seu trabalho não são relevantes a ponto de determinar a emissão de parecer adverso ou de uma negativa de opinião. (Araújo, Arruda e Barreto – 2008, p. 299)

O quadro 4 evidencia o parecer emitido pela Deloitte ao Banco do Nordeste do Brasil no ano de 2003.

Quadro 4: Parecer Com Ressalva

Aos Acionistas e Administradores do  
Banco do Nordeste do Brasil S.A.  
Fortaleza - CE

1.Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantado em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2.Exceto quanto ao assunto mencionado no Parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3.Não recebemos a resposta à carta de confirmação de saldos encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, relativos às operações de crédito constantes da rubrica de Outros Créditos – Créditos Específicos – Alongamento de Crédito Rural, no montante de R\$ 546.677 mil, correspondentes às operações de crédito rural renegociadas ao amparo da Lei no. 9.138, de 29 de novembro de 1995, e Resolução no.2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, conforme mencionado na Nota Explicativa no. 5g às demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não nos foi possível estimar os efeitos que resultariam da não aceitação dos referidos créditos, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional.

4.Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir da não aceitação das operações mencionadas no Parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no Parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição [ ] a data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5....

6.Adicionalmente [ ] findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 12 de fevereiro de 2004  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Claudio Lino Lippi  
Auditores Independentes Contador  
CRC-SP Nº 11.609 – S/CE CRC-SP Nº 97.866 – TPE S/CE

Fonte: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

#### 1.4.4 PARECER ADVERSO

Quando ao realizar o exame, discorda de forma significativa das demonstrações contábeis apresentadas. (Araújo, Arruda e Barreto – 2008, p. 301), assim segundo Florentino (1988) o parecer adverso informa que os auditores não estão em condições de dar uma opinião, e procuram demonstrar de maneira sucinta os motivos pelos quais essa opinião não será dada. O quadro 5 evidencia o parecer emitido pela AUDITOR – Auditores Independentes S/C a CEL Participações S.A. – CELPAR no ano de 2005.

##### Quadro 5: Parecer Adverso

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas do  
CEL PARTICIPAÇÕES S.A. – CELPAR  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos os balanços patrimoniais do CEL Participações S.A. – CELPAR e a respectiva demonstração contábil consolidada de CEL Participações S.A. – CELPAR, em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e as respectivas demonstrações do resultado[ ]sa responsabilidade é de emitir opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando [ ] da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As contingências mencionadas na Nota 8 não foram objeto de provisionamento pela entidade. As aplicações financeiras mencionadas na Nota 4 não representam o determinado na escritura de emissão de debêntures. Por outro lado as Notas 7.2 e 7.3, referentes às debêntures, indicam o não reconhecimento de passivos decorrentes desses títulos, assim como suas garantias serem objeto de substituição em virtude de os imóveis oferecidos estarem pendentes de transferência no RGI, motivo inclusive de Processo Administrativo Sancionador, na CVM, visto terem sido utilizados na integralização do capital social.

As demonstrações contábeis da controlada utilizadas no registro da equivalência patrimonial e consolidação foram auditadas por outros auditores independentes.

Em nossa opinião, em decorrência dos aspectos mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, não representam a posição patrimonial e financeira do CEL PARTICIPACAO S.A - CELPAR, e a posição patrimonial e financeira consolidada do CEL PARTICIPACAO S.A – CELPAR e sua controlada, em 31 de dezembro 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e as aplicações dos seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2006.

AUDITOR – AUDITORES INDEPENDENTES S/C  
CRC-RJ 3058/O-3 CÓDIGO CVM – 00752-8

AUGUSTO CESAR CARVALHO PIMENTEL  
CRC-RJ 080766/O-1CPF 018.266.857-66

### 1.4.5 PARECER COM ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

Quando o auditor deixa de emitir opinião por não ter evidência adequada para fundamentá-la ou em face de restrição significativa. (Araújo, Arruda e Barreto – 2008, p. 303)

Como exemplo, o quadro 6 apresenta o parecer emitido pela Ernst & Young para o Banco do Estado do Paraná de 1998.

**Quadro 6: Parecer com Abstenção de Opinião**

<p>Aos Administradores e Acionistas do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A.</p> <p>1. Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais do Banco do Estado do Paraná S.A. [ ] referentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.</p> <p>2. Conforme mencionado [ ] precatórios, pelo valor contábil, pelo Governo do Estado do Paraná.</p> <p>3. Em 31 de dezembro de 1998 [ ] pelo Governo do Estado do Paraná.</p> <p>4. Conforme mencionado nas notas explicativas [ ] com sua imunidade tributária.</p> <p>5. O Banco, a investida indireta [ ] não nos foi praticável concluir sobre a adequação dessa provisão.</p> <p>6. Conforme descrito no [ ] com base em estimativas, na provisão contabilizada.</p> <p>7. As demonstrações [ ] não nos foi praticável concluir sobre a adequação da provisão [ ] créditos.</p> <p>8. Conforme estabelecido no Contrato de Saneamento [ ] às operações de câmbio.</p> <p>9. Conforme [ ] eventuais ajustes nas demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo.</p> <p>10. Conforme divulgado no item “e” [ ] que podem advir decorrentes do desfecho das questões em curso.</p> <p>11. Conforme mencionado na nota [ ] descritas na nota explicativa de n 24 - Eventos Subseqüentes.</p> <p>12. Devido a relevância das incertezas e limitações dos assuntos mencionados nos parágrafos de nº 2 ao de nº 11 e por não ter sido praticável a determinação de outros eventuais ajustes que seriam necessários decorrentes desses assuntos, não nos foi possível nestas circunstâncias, determinar outras modificações, além daquelas descritas nos parágrafos de nº 13 ao de nº 17, que seriam necessárias para que as demonstrações financeiras, referidas no primeiro parágrafo, estejam de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários. Dessa forma não nos foi possível emitir e, portanto não emitimos, uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.</p> <p>13. As demonstrações financeiras [ ] ressalvas e parágrafos de ênfase, em 28 de dezembro de 1998.</p> <p style="text-align: center;">Curitiba, 16 de junho de 1999.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div data-bbox="242 1904 569 2002"> <p>Ernst &amp; Young Auditores Independentes S.C. CRC-2-SP 15199/0-6 “S” PR</p> </div> <div data-bbox="1062 1904 1380 1968"> <p>Wanderley Carlos Stringhini Contador CRC-SC 006614/T-1</p> </div> </div>
---

## **2.5 O PARECER, A REAPRESENTAÇÃO E A RELAÇÃO DE AMBOS COM A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO.**

Segundo Pereira (2008, p. 11), a independência é ponto-chave e atributo essencial do auditor, assim é esperado que o parecer, resultado do seu trabalho, expresse tudo que pôde observar o tempo que permaneceu na empresa.

Quando o auditor independente divulga parecer sem ressalva, esta atestando ao mercado que as análises por ele realizadas não identificaram nenhum problema relevante.

A produção de informação de qualidade é responsabilidade das empresas, porém ao não exigir a reapresentação das demonstrações contábeis o BACEN assume o papel de certificador, uma vez que, supostamente, analisou as informações e as teve por fidedignas.

Haver falhas na informação prestada por empresas isoladas não se revela tão grave quanto haver falhas na sistemática que pretendem garantir a qualidade das demonstrações contábeis divulgadas. Isto porque se uma empresa isolada é percebida com desconfiança pelo mercado, dentro da hipótese de mercado eficiente, tenderia a sofrer na desvalorização dos seus papéis os reveses desta percepção. Ao passo que se a sistemática falha põe em risco a credibilidade de todo mercado.

Contudo temos que considerar a variável confiança na informação, como uma determinante da reação do mercado a um conjunto de demonstrações contábeis divulgadas. Desta forma, atestar que estas demonstrações contábeis são confiáveis é de suma importância, e neste

esforço tem se mantido uma crescente regulação tanto sobre as empresas quanto sobre os auditores independentes.

O BACEN como responsável pela fiscalização das instituições financeiras, detém a razão quando houver opiniões divergentes entre o auditor independente e o BACEN.

Espera-se, porém, que ambos concordem a respeito das demonstrações contábeis.

A combinação da percepção do auditor independente através do parecer e do BACEN através da exigência ou não de reapresentação, formam o quadro 7.

**Quadro 7: Quadro de Concordância e Dissonância**

PARECER	REAPRESENTADO			
	NÃO	S		
		ES (ESPONTÂNEA)	EX (EXIGÊNCIA)	ES ou EX
<b>SEM RESSALVA</b>	<b>CONCORDÂNCIA</b>	DISSONÂNCIA	DISSONÂNCIA	<b>DISSONÂNCIA</b>
<b>COM RESSALVA</b>	<b>DISSONÂNCIA</b>	<b>CONCORDÂNCIA</b>	<b>CONCORDÂNCIA</b>	<b>CONCORDÂNCIA</b>

Refletindo sobre este quadro surgem algumas suposições que podem nos auxiliar na análise dos resultados.

- 1) De forma generalizada, as demonstrações acompanhadas por parecer sem ressalva não precisariam ser reapresentadas.
- 2) De forma generalizada, as demonstrações contábeis acompanhadas por parecer com ressalva precisam ser reapresentadas.
- 3) As reapresentações por exigência das demonstrações contábeis acompanhadas de parecer sem ressalva são motivadas por fatores não contemplados nas agendas de trabalho dos auditores independentes.
- 4) As demonstrações contábeis acompanhadas por parecer com ressalva que não precisaram ser reapresentadas foram elaboradas em consonância a práticas contábeis aceitas ou exigidas

pelo BACEN/CVM que eram contrárias as “melhores práticas contábeis” na concepção do IBRACON.

5) A incidência de demonstrações contábeis acompanhadas de parecer com ressalva, mas que não foram reapresentadas por exigência do BACEN/CVM é maior no ano do rodízio da auditoria independente que nos demais anos.

6) A incidência de parecer com ressalva é maior quando a auditoria independente é de GP em relação ao parecer com ressalva, emitidos por auditoria independente de médio e grande porte.

7) O nível de Governança Corporativa (GC) tem influência na melhoria dos resultados esperados

## 2 METODOLOGIA

Foram analisadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) dos Bancos de Sociedade Anônima de Capital Aberto dos exercícios de 1997 a 2007 realizando o cruzamento das informações de classificação das demonstrações (apresentação, reapresentação espontânea, reapresentação por exigência) com o tipo de parecer emitido pelos auditores independentes (com ressalva, sem ressalva) com o objetivo de:

- Investigar se o parecer tem a capacidade de antecipar a exigência de reapresentação.

Adicionalmente investigaremos:

- Se o porte da firma de auditoria tem influencia na associação do parecer com a reapresentação;
- Se a adesão a qualquer nível de GC (Governança Corporativa) da bovespa tem influência na associação do parecer com a reapresentação.

Utilizamos o porte das firmas de auditoria porque em alguns trabalhos este fator é tido como uma determinante de maior qualidade e independência. E no caso da GC (Governança Corporativa), por sinalizar maior grau de transparência na gestão.



## 2.1 COLETA DE DADOS

As informações foram colhidas no site da BOVESPA e totalizam as informações de todos os bancos S/A de capital aberto nos últimos onze anos.

As informações foram mapeadas por empresa / ano, e classificadas pela combinação dos resultados AP/SR (apresentação com parecer sem ressalva), AP/CR (apresentação com parecer com ressalva), RES/SR (reapresentação espontânea com parecer sem ressalva), RES/CR (reapresentação espontânea com parecer com ressalva), REX/SR (reapresentação por exigência com parecer sem ressalva) e, por fim, REX/CR (reapresentação por exigência com parecer com ressalva).

Nos casos em que as ressalvas foram motivadas por praticas não usuais, mas amparadas por norma específica do BACEN e CVM, essas ocorrências foram re-classificadas para sem ressalva (SR).

Nos casos em que as reapresentações espontâneas foram utilizadas para a alteração de informações que não têm relação com o trabalho de auditoria, seja para a correção de cadastro, erros de digitação ou outros motivos similares, essas ocorrências foram re-classificadas para apresentação (AP).

Foi apurado o número de ocorrências em cada uma dessas combinações e o percentual em relação ao total de ocorrências, somando-se as ocorrências ano a ano.

Estratificação:

A primeira estratificação tomou por base o porte das firmas de auditoria que emitiram os pareceres. Foram listadas nesse grupo as 10 primeiras firmas de auditoria que figuram no site da CVM com referência a 30 de setembro de 2007, sendo: BDO TREVISAN, BKR, DELOITTE, DIRECTA, ERNST & YOUNG, KPMG, PERFORMANCE, PRICEWATERHOUSECOOPERS, SELECTA e TERCO GRANT TORTON.

Adicionalmente incluímos a ARTHUR ANDERSEN, que, atualmente, não tem atuação no mercado, mas em anos anteriores teve grande participação no mercado de auditoria.

A segunda estratificação tomou como base o nível de governança corporativa, segundo a classificação da BOVESPA, sendo dividido em dois grupos: os bancos que têm algum nível de GC, seja NI, N2 ou NM e os que não têm nenhum nível de GC.

Em ambas estratificações foram utilizadas as mesmas metodologias de análise das demonstrações contábeis e dos pareceres descritas para os dados não estratificados.

## **2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA**

Para atender aos objetivos, foi definido como universo da pesquisa os bancos listados no site da BOVESPA em 2007, assim classificados:

Financeiro e Outros

Intermediários Financeiros

Bancos

BANESTES S.A. - Banco Estado Espírito Santo

Banco ABC Brasil S.A.

Banco Alfa de Investimento S.A.

Banco Amazônia S.A.

Banco Bradesco S.A.

Banco Brasil S.A.

Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Banco Daycoval S.A.

Banco Estado de Santa Catarina S.A.

Banco Estado de Sergipe S.A. - BANESE

Banco Estado do Para S.A.

Banco Estado do Piauí S.A.

Banco Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Banco Industrial e Comercial S.A.

Banco Indusval S.A.

Banco Itaú Holding Financeira S.A.

Banco Mercantil de Investimentos S.A

Banco Mercantil do Brasil S.A.

Banco Nordeste do Brasil S.A.

Banco Nossa Caixa S.A.

Banco Panamericano S.A.

Banco Patagônia S.A.

Banco Pine S.A.

Banco Santander S.A.

Banco Sofisa S.A.

BRB Banco de Brasília S.A.

Paraná Banco S.A.

UNIBANCO União dos Bancos Brasileiros S.A.

Foram excluídas as empresas que, na apresentação da DFP, no quadro “dados da empresa”, pasta “características da empresa”, não se declararam instituição financeira.

Dessa forma, a amostra foi composta por 28 bancos, correspondendo a 198 observações totais, sabendo-se que em alguns desses bancos não havia informações disponíveis em todos os anos estudados.

**Quadro 8: Composição da Amostra**

EMPRESAS / ANOS	GC	2007		2006		2005		2004		2003		2002		2001		2000		1999		1998		1997	
		Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc	Ap	Prc
BANESTES S.A. - BCO EST ESPÍRITO SANTO		AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	CR	AP	CR	AP	CR	AP	CR	AP	CR	AP	SR	AP	SR	AP	SR
BCO ABC BRASIL S.A.	N2	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.		AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	RES	SR	AP	SR
BCO AMAZONIA S.A.		AP	CR	AP	CR	AP	CR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	CR	RES	SR	AP	SR	AP	SR
BCO BRADESCO S.A.	N1	RES	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	RES	SR	RES	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR
BCO BRASIL S.A.	NM	RES	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR
BCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	N1	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO DAYCOVAL S.A.	N1	RES	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.		AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	CR	REX	CR	AP	CR	AP	CR	AP	SR
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE		AP	SR	AP	SR	AP	SR	RES	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR
BCO ESTADO DO PARÁ S.A.		AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	RES	CR	RES	SR
BCO ESTADO DO PIAUÍ S.A.		AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	REX	SR	AP	SR	REX	SR	AP	SR	*	*
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	N1	AP	SR	RES	SR	AP	SR	AP	SR	RES	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	CR	*	*
BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	N1	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO INDUSVAL S.A.	N1	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO ITAU HOLDING FINANCEIRA S.A.	N1	AP	SR	RES	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	CR	*	*
BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.		AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	RES	SR	RES	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	*	*
BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.		RES	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR
BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.		AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	CR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	*	*
BCO NOSSA CAIXA S.A.	NM	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO PANAMERICANO S.A.	N1	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO PATAGONIA S.A.	DR3	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO PINE S.A.	N1	RES	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO SANTANDER S.A.		AP	SR	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BCO SOFISA S.A.	N1	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
BRB BCO DE BRASÍLIA S.A.		AP	CR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	CR	AP	CR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR
PARANA BCO S.A.	N1	AP	SR	AP	SR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
UNIBANCO UNIÃO DE BCOS BRASILEIROS S.A.	N1	AP	SR	AP	SR	AP	SR	AP	SR	RES	SR	RES	SR	AP	SR	AP	SR	RES	SR	AP	SR	AP	SR
LEGENDA: APRESENTAÇÃO																							
		AP	Apresentação																				
		AP	Reapresentações re-classificadas para apresentação																				
		RES	Reapresentação espontânea																				
		REX	Reapresentação por exigência																				
		*	Informação não disponível																				
PARECER																							
		SR	Sem Ressalva																				
		SR	Com Ressalva re-classificados para Sem Ressalvas																				
		CR	Com Ressalva																				
		*	Informação não disponível																				
TÍTULO																							
			Ap - Apresentação																				
			Prc - Parecer																				

A escolha do segmento bancário é justificada por duas razões:

- (a) Ocorrência de casos de fraudes dentre elas principalmente Banco Santos, Banco Econômico e Banco Nacional;
- (b) Significativos lucros recordes auferidos pelas empresas do setor, o que atrai investidores.

Realizamos testes estatísticos na população não estratificada com o objetivo de verificar se havia relação entre haver reapresentação e ter sido emitido parecer com ressalva. Inicialmente realizamos o teste qui-quadrado, porém como um dos quadrante apresentou valor esperado menor que 5 utilizamos o teste de Fisher.

## RESULTADO DA PESQUISA

Os dados foram mapeados segundo as combinações já definidas obtendo o seguinte quadro.

Quadro 9: Resultado da Pesquisa

PARECER	REAPRESENTADO			
	N	S		
		ES	EX	ES ou EX
SEM RESSALVA	<b>79,30%</b>	9,60%	1,00%	<b>10,60%</b>
	157	19	2	21
COM RESSALVA	<b>9,10%</b>	<b>0,50%</b>	<b>0,50%</b>	<b>1,00%</b>
	18	1	1	2

Os testes estatísticos realizados com o objetivo de verificar se há associação entre reapresentação e parecer com ressalva, concluíram por não confirmar a hipótese nula de haver relação entre reapresentação e parecer com ressalva.

Vemos nos quadrantes destacados no quadro 9 que os resultados esperados totalizam 80,30% (79,30% + 1,00%), os demais resultados não esperados expressam a dicotomia de entendimento sobre uma mesma demonstração. Dentre os casos de dissonância que totalizam 19,70%, 10,60% são expressos por empresas que reapresentaram suas demonstrações sem que houvesse ressalva nos pareceres. Segregando-se esse grupo, tem-se que, do total, 9,60% foram reapresentações espontâneas e apenas 1,00% reapresentações por exigência. Isso pode indicar que as auditorias não perceberam problemas que tiveram relevância capaz de motivar a reapresentação.

Outro resultado não esperado foi a não reapresentação de demonstrações nas quais a auditoria fez ressalva: foram dezoito ocorrências que equivalem a 9,10%. Esses casos se destacam por

ter havido, por parte das auditorias independentes, motivos para que produzissem parecer com ressalva, sendo esperado que o BACEN considerasse as ressalvas em suas análises. Como não houve exigência de reapresentação podemos optar por duas vertentes, ou o BACEN não considerou as ressalvas em sua análise, ou considerou e concluiu que não tinham relevância para motivar a exigência de reapresentação.

Para melhor compreensão, passamos a detalhar os casos não esperados.

## **2.3 REAPRESENTAÇÕES POR EXIGÊNCIA COM PARECER SEM RESSALVA**

Duas ocorrências representando 1,00% do total, ambas relativas a uma mesma empresa, o Banco do Estado do Piauí S.A.

### **2.3.1 BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A.**

O Banco do Estado do Piauí, no ano de 1999, em atendimento à exigência da CVM, reapresentou sua DFP para atender ao disposto na instrução CVM 088/00 que dispõe sobre a distribuição secundária de valores mobiliários e venda de sobras de ações não subscritas durante o prazo de preferência na subscrição particular de companhia aberta, sujeita ao prévio registro na CVM e na instrução CVM 108/00 que trata dos procedimentos para a elaboração e publicação de demonstrações contábeis complementares em moeda de capacidade aquisitiva constante, para pleno atendimento ao princípio do denominador comum monetário.

Novamente em 2001, fez reapresentação de sua DFP por exigência da CVM, para complementar o item “instrumentos financeiros” das notas explicativas, observando o que dispõe a instrução CVM 235 e os ofícios circulares SNC/SEP 01/96, 02/00 e 01/02.

A empresa contratou a auditoria ARC nos anos de 1997 a 2000, passando de 2001 a 2005 a contratar a Horwath, Tufani, Reis e Soares<sup>4</sup>; a partir de 2006 utilizou a Global.

Ressalte-se que a troca ocorrida em 2001 é decorrente do rodízio exigido pelo BACEN.

## **2.4 REAPRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA COM PARECER SEM RESSALVA**

Vinte e quatro ocorrências, representando 12,1% do total, relativas a 13 empresas.

### **2.4.1 BANCO ALFA DE INVESTIMENTOS S.A.**

O banco reapresentou de forma espontânea sua DFP no ano de 1998 informando ter alterado o relatório de administração, no item desempenho das atividades, patrimônio líquido onde alterou o valor de R\$ 405,9 milhões para R\$ 406,3 milhões; nesse mesmo sub-item, alterou o índice de solvabilidade de 29,1% para 31,9%.

Também alterou as notas explicativas no item 7, letra d, modificando os saldos de Reserva para Aumento de Capital de R\$ 141.967 para R\$ 142.317; Reserva Especial para Dividendos de R\$ 33.984 para R\$ 34.023 e o Total das Reservas de R\$ 175.951 para R\$ 176.340.

---

<sup>4</sup> Até 2003 a empresa denominava-se apenas Tufani, Reis e Soares.



A empresa utilizou os serviços de auditoria da Trevisan nos anos de 1997 a 2000, passando de 2001 a 2007 a contratar a KPMG, a substituição da Trevisan pela KPMG no ano de 2001 foi em cumprimento da norma que exige o rodízio obrigatório instituída pelo BACEN.

#### **2.4.2 BANCO DA AMAZONIA S.A.**

Em 1999, o banco reapresentou espontaneamente sua DFP devido às alterações que promoveu na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na nota explicativa número 15. Foi incluído o valor de R\$ 660 mil, correspondente a juros sobre o capital próprio a pagar.

O banco utilizou os serviços da firma Tufani, Reis e Soares nos anos de 1997 a 2000. Em 2001, atendendo ao rodízio obrigatório das firmas de auditoria, contratou a Ernst & Young que permaneceu de 2001 a 2004. Em 2005, embora não houvesse a obrigatoriedade, substituiu a Ernst & Young pela BDO Trevisan permanecendo de 2005 até 2007, último ano da coleta de dados.

#### **2.4.3 BANCO BRADESCO S.A.**

O Bradesco fez reapresentações espontâneas sua DFP nos anos de 2000, 2001 e 2007.

Em 2000, foi alterado o relatório de administração para incluir o conceito (rating) do banco nas agências classificadoras de risco.

No ano de 2001, o banco reapresentou para alterar a nota explicativa 12 – contingência passiva, alterando o valor relativo à rubrica processos fiscais de R\$ 1.735.858 para R\$ 2.055.619, e o total da rubrica contingências passivas de R\$ 2.519.700 para R\$ 2.839.461.

Em 2007, informa apenas ter complementado o quadro 11.01 das notas explicativas que trata de outros créditos da carteira de câmbio.

A empresa entre 1997 e 2000 utilizou os serviços da PriceWaterhouseCoopers.

Em 2001, por força do rodízio obrigatório, contratou a KPMG que auditou ao banco de 2001 a 2006, retornando à PriceWaterhouseCoopers em 2007 sem que houvesse obrigatoriedade.

#### **2.4.4 BANCO DO BRASIL S.A.**

O banco reapresentou espontaneamente a DFP no ano de 2007, quando foram alterados o ano da data do parecer e a inclusão da demonstração dos fluxos de caixa além de ajuste no relatório de administração no item governança corporativa.

Entre 1997 a 2000, o banco contratou a Trevisan para auditoria independente, alterando entre 2001 e 2005 para PriceWaterhouseCoopers e, de 2006 em diante, KPMG.

A troca em 2001 foi motivada pelo rodízio obrigatório das firmas de auditoria, já a ocorrida em 2005 não teve relação com o BACEN.

#### **2.4.5 BANCO DAYCOVAL S.A.**

O banco reapresentou sua DFP no ano de 2007 para alterar o quadro 11 das notas explicativas que trata de investimentos em empresas controladas.

Os dados desse banco somente estão disponíveis a partir de 2006; nesse período sempre utilizou os serviços da Deloitte, não sendo submetido a nenhum período de rodízio obrigatório.

#### **2.4.6 BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE**

O banco reapresentou sua DFP no ano de 2004, quando substituiu as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes. Não estavam disponíveis no site da CVM as informações substituídas, somente as novas, conseqüentemente não se pode analisar a diferença no conteúdo das informações.

A empresa utilizou os serviços de auditoria da Mario Rocha Auditores Associados de 1997 a 1999, de 2000 a 2003 contratou a KFE, de 2004 a 2006 a Deloitte e 2007 BDO Trevisan.

Nenhuma das trocas das firmas de auditoria foi motivada pela obrigatoriedade do rodízio imposto pelo BACEN, pois o banco costuma efetuar a troca de auditoria independente em prazo menor que o estipulado pelo rodízio.

#### **2.4.7 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

Foram reapresentadas as demonstrações dos anos de 2003 e 2006, sendo em 2003 motivado pela alteração de dados nas notas explicativas sem mencionar quais notas, o que nos impediu

de analisar com maior profundidade o que teria sido alterado. Em 2006, alterou os valores do balanço patrimonial na conta ajustes de títulos e valores mobiliários e no quadro da demonstração das mutações do patrimônio líquido, no campo 7, ajustes de títulos e valores mobiliários.

A Ernst & Young foi contratada nos anos de 1998 a 2000, de 2001 a 2005 a PriceWaterhouseCoopers e de 2006 em diante a Deloitte. A troca ocorrida em 2001 foi motivada pela obrigatoriedade do rodízio, ao passo que, em 2006, foi por decisão da empresa.

#### **2.4.8 BANCO ITAU HOLDING FINANCEIRA S.A.**

Houve reapresentação da DFP no ano de 2006 motivado pela correção do quadro 01.08 – proventos em dinheiro. Como não está disponível no site da CVM a apresentação anterior/, não temos como detalhar melhor a alteração.

A KPMG auditou o banco de 1998 a 2000; de 2001 em diante a PriceWaterhouseCoopers se manteve como firma responsável, perfazendo sete anos de contínua prestação de serviços. Das empresas que tiveram reapresentação espontânea com parecer sem ressalva, essa foi a maior continuidade de prestação de serviços pela auditoria independente encontrada, observando ainda que a troca ocorrida em 2001 foi motivada pela obrigatoriedade do rodízio imposta pelo BACEN.

#### **2.4.9 BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.**

Essa empresa reapresentou suas demonstrações nos anos de 2001 e 2002, sendo em 2001 alterada a demonstração das origens e aplicações dos recursos; não estando disponível no site da CVM a apresentação anterior, não temos como analisar o que foi modificado. Em 2002 reapresentou para informar que, em cumprimento à Instrução Normativa CVM 381/03, a Deloitte prestou exclusivamente serviços de auditoria externa.

O banco, de 1998 a 2000, utilizou os serviços da Walter Heuer, passando, em 2001, por força do rodízio obrigatório, para a Arthur Andersen. Imediatamente no ano seguinte (2002), novamente substituiu a auditoria Arthur Andersen pela Deloitte permanecendo até 2007. Essa rápida passagem pela Arthur Andersen indica ser reflexo dos escândalos que envolveram essa firma nesse período e que a levaram a descontinuidade.

#### **2.4.10 BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**

O Banco Mercantil do Brasil reapresentou sua DFP no ano de 2007, motivado pelas alterações promovidas nos quadros 03.01 – Demonstração do resultado e Demonstração do resultado consolidado, em conformidade com a publicação do balanço na imprensa; alterou também o quadro das mutações do patrimônio líquido referente a ajustes de exercícios anteriores. Não houve condições de melhor detalhar as alterações devido à indisponibilidade no site da CVM da apresentação anterior.

O banco, de 1998 a 2000, utilizou os serviços da Walter Heuer, passando, em 2001, à firma Arthur Andersen. No ano seguinte, mudou para a Deloitte permanecendo até 2007. À semelhança da dinâmica do Banco Mercantil de Investimentos, tanto a troca em 2001, foi motivada pelo rodízio obrigatório, quanto à substituição da Arthur Andersen teve motivação nos escândalos.

#### **2.4.11 BANCO PINE S.A.**

A empresa reapresentou sua DFP no ano de 2007 para corrigir dados da empresa e de proventos em dinheiro. Como a apresentação substituída não fica disponível para consulta no site da CVM, não tivemos como detalhar melhor os motivos da reapresentação.

Só constam informações na amostra sobre esta empresa a partir de 2006, tendo sido a Deloitte sua única auditoria no período analisado.

#### **2.4.12 UNIBANCO UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S.A.**

O banco reapresentou sua DFP nos anos de 1999, 2002 e 2003. Em 1999 o motivo informado foi a composição do capital social. Em 2002 informa apenas alteração nas notas explicativas, sem informar em quais campos. Por fim, em 2003, alterou o relatório de administração e a nota explicativa que trata sobre o capital social, sem informar o que teria sido alterado.

O banco, de 1997 a 2000, utilizou como auditoria independente a PriceWaterhouseCoopers, passando para Deloitte de 2001 a 2003, e retornando à PriceWaterhouseCoopers a partir de 2004.

Notamos que a troca realizada foi única e exclusivamente para atender ao rodízio obrigatório. Cumprida a carência de três anos, o banco recontratou a PriceWaterhouseCoopers.

## **2.5 PARECER COM RESSALVA SEM REAPRESENTAÇÃO**

Dezenove ocorrências, representando 9,60% do total.

Neste tipo de ocorrência não iremos relatar de forma pormenorizada cada ressalva feita pelas auditorias; faremos um resumo das ressalvas por empresa já que as dezenove ocorrências se concentram em apenas oito empresas e, das oito empresas, quatro representando 79% do total de ocorrências nessa combinação.

### **2.5.1 BRB BANCO DE BRASILIA S.A.**

Esse banco apresentou três ocorrências (2002, 2003 e 2007) de apresentação com pareceres com ressalvas das onze analisadas no período de 1997 a 2007. Isso representa 27% de Demonstrações com ressalvas, sem que nenhuma fosse reapresentada, nem espontaneamente e muito menos por exigência.

Em 2002, a ressalva feita pela KPMG foi a seguinte.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 6(b), O BRB possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), correspondentes a contratos habitacionais com cobertura do FCVS, registrados na rubrica “Relações interfinanceiras - Créditos vinculados - Sistema Financeiro da Habitação”, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2002, da provisão para perdas, decorrente de contratos que eventualmente poderão ser recusados para efeito de cobertura do FCVS, é de R\$ 6.851 mil. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação do FCVS. A administração do BRB vem implementando um processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos. Por meio de nosso exame, constatamos que o atual estágio desse processo apresenta um conjunto de contratos pendentes de análise e conferência, situação que nos impossibilitou, nas circunstâncias, realizar procedimentos de auditoria adicionais que nos permitissem avaliar a adequação da referida provisão. (KPMG, 2003)

Em 2003, a KPMG novamente ressalva o parecer do BRB, com o seguinte texto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6b, o BRB possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), correspondentes a contratos habitacionais, com cobertura do FCVS. A realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração do BRB vem implementando um processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos. A evolução desse processo de análise e conferência possibilita que os créditos, em 31 de dezembro de 2003, sejam segregados em contratos já habilitados pelo FCVS, contratos com negativa de cobertura, com ou sem possibilidade de recurso para reavaliação da negativa, e os contratos pendentes de análise e conferência. A Administração do BRB, com base nessas informações, estabeleceu um critério para estimar as prováveis perdas decorrentes de contratos não habilitados. Entretanto, em razão da pequena experiência histórica de perda efetiva e da recuperação de créditos decorrentes de contratos que inicialmente não haviam sido homologados pelo FCVS, bem como em razão da existência de contratos pendentes de análise e conferência, entendemos que a referida estimativa de perda está sujeita a alterações, cujos efeitos sobre a provisão para perdas, registrada na rubrica “Relações interfinanceiras - Créditos vinculados - Sistema Financeiro da Habitação”, no valor de R\$ 12.761 mil, em 31 de dezembro de 2003 (R\$ 6.851 mil em 31 de dezembro de 2002), não podem ser previstos nesse momento. (KPMG, 2004)

Por fim, em 2007 a ressalva feita, agora pela PriceWaterhouseCoopers, tem o seguinte texto.

Nossos trabalhos de auditoria revelaram inconsistências de dados e critérios no Sistema Gestor Hipotecário – SGH, especificamente relacionadas à apuração dos saldos devedores dos contratos de financiamentos habitacionais. Não foi praticável, nas circunstâncias, a realização de trabalhos alternativos que nos permitissem concluir sobre a adequação dos referidos saldos no montante de R\$ 139 milhões, em 31 de dezembro de 2007, cuja correspondente receita gerada foi de aproximadamente R\$ 22 milhões no exercício findo nessa data. (PriceWaterHouseCoopers, 2008)

A dinâmica de contratação das firmas de auditoria é a seguinte: em 1997 Bianchessi, de 1998 a 2001 a Trevisan, de 2002 a 2006 KPMG e em 2007 a PriceWaterhouseCoopers.

A troca da Bianchessi pela Trevisan em 1998 não teve relação com o rodízio obrigatório; já no caso da substituição da Trevisan pela KPMG em 2002 foi em cumprimento à norma.

## **2.5.2 BANESTE S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

O BANESTE apresentou cinco ocorrências no período, representando 45% das demonstrações apresentadas. De 2000 a 2004, todos os pareceres tiveram ressalvas.



A Deloitte auditou entre 1997 e 2001, cumprindo o rodízio obrigatório, substituiu a Deloitte pela Boucinhas & Campos em 2002, permanecendo até 2006 quando contratou a BDO Trevisan para auditar o ano de 2007.

A troca de auditoria realizada em 2002 foi motivada pelo rodízio obrigatório instituído pelo BACEN, mas isso não gerou qualquer alteração relevante no conteúdo das ressalvas, afinal nos pareceres dos anos de 2000 a 2004, emitidos pela Deloitte (2000 e 2001) e pela Boucinhas & Campos (2002 a 2004), foi ressalvado por ambas as firmas que não havia condições de concluir sobre a adequacidade da provisão.

Em 2000, a Deloitte registrou as seguintes ressalvas em seu parecer.

A Instituição no ano de 2000 passou a substituir créditos de FCVS por títulos CVS. A intenção da administração da Instituição é trocar o valor total desses créditos por estes títulos e carregá-los até os seus vencimentos. Em função da falta de mercado ativo para estes títulos, a administração da Instituição decidiu constituir provisão de 30% sobre estes ativos, que corresponde matematicamente ao custo de carregamento até os seus vencimentos, representado pelo diferencial entre a taxa de rendimento e o custo de captação da Instituição. Devido ao fato de não existir mercado ativo para estes títulos, não nos foi possível concluir sobre a adequacidade dessa provisão.

O Banco possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente de diferenças temporárias, registrados no ativo no montante de R\$ 32.329 mil, fundamentados em projeções de lucros e cuja realização depende da obtenção de resultados fiscais positivos no futuro. Devido as incertezas do cenário econômico brasileiro, a curto e longo prazo, e os conseqüentes impactos que poderiam resultar nas premissas utilizadas nas projeções de lucros do Banco, não nos foi possível concluir sobre a realização desses créditos. (Deloitte, 2001)

Em 2001 a Deloitte redigiu a seguinte ressalva.

A Instituição no ano de 2000 passou a substituir créditos de FCVS por títulos CVS emitidos pelo Tesouro Nacional. A intenção da administração da Instituição é trocar o valor total desses créditos por estes títulos e carregá-los até os seus vencimentos. Em 31 de dezembro de 2001, o montante destes créditos contra o Tesouro Nacional é de R\$401.652 mil (R\$198.268 mil em 2000), para os quais encontra-se constituída provisão de R\$115.856 mil (R\$61.842 mil em 2000). Devido ao fato de não existir mercado ativo para estes créditos, não nos foi possível concluir sobre a adequacidade dessa provisão. (Deloitte, 2002)

Em 2002 a Boucinhas & Campos, redigiu as seguintes ressalvas.

Conforme descrito na nota explicativa 6, a Instituição possui créditos de FCVS assumidos pela União, a serem convertidos em títulos federais, no valor total de R\$ 396.413 mil em 31 de dezembro de 2002 (R\$ 357.464 mil em 2001), para os quais foi constituída provisão no total de R\$ 112.819 mil (R\$ 102.600 mil em 2001). Tendo em vista que não há mercado ativo para estes créditos, não nos foi possível concluir sobre a suficiência ou insuficiência desta provisão. (Boucinhas & Campos, 2003)

Em 2003, a Boucinhas & Campos fez a seguinte ressalva.

Conforme descrito na nota explicativa 6, a Instituição possui créditos de FCVS assumidos pela União, a serem convertidos em títulos federais, no valor total de R\$ 371.718 mil em 31 de dezembro de 2003 (R\$ 396.413 mil em 2002), para os quais foi constituída provisão no valor de R\$ 119.482 mil (R\$ 112.819 mil em 2002). Tendo em vista que não há mercado ativo para estes créditos, não nos foi possível concluir sobre a suficiência ou insuficiência desta provisão. (Boucinhas & Campos, 2004)

Por fim, em 2004 a Boucinhas & Campos renova a ressalva feita no parecer de 2003.

Conforme descrito na nota explicativa 6, a Instituição possui créditos de FCVS assumidos pela União, a serem convertidos em títulos federais, no valor total de R\$ 397.206 mil em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 371.718 mil em 2003), para os quais foi constituída provisão no total de R\$ 127.530 mil (R\$ 119.482 mil em 2003). Tendo em vista que não há mercado ativo para estes créditos, não nos foi possível concluir sobre a suficiência ou insuficiência desta provisão. (Boucinhas & Campos, 2005)

### **2.5.3 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.**

A empresa recebeu parecer com ressalvas, registrando apenas apresentação em três das onze demonstrações que apresentou, representando 27% do total de suas apresentações.

Foram ressalvados os pareceres de 1998, 1999 e 2001 sem que houvesse reapresentação.

Das ressalvas recebidas, destacamos a feita pela Boucinhas & Campos no ano de 2001 e da AUDIT em 1998. Tratava da insuficiência provisão para o fundo de seguridade social dos funcionários.

Em 1998, a AUDIT registrou em seu parecer a seguinte ressalva.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16d, a Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC acusou em seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 1998 déficit técnico de R\$ 39.758 mil. O Banco, sendo um de seus patrocinadores, não reconheceu essa obrigação em suas demonstrações contábeis. (Audit, 1999).

Em 1999, novamente a AUDIT reedita o parecer do ano anterior.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18d, a Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC acusou em seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 1999 déficit técnico de R\$ 104.221 mil. O Banco, sendo um de seus patrocinadores, não reconheceu essa obrigação em suas demonstrações contábeis. (Audit, 2000)

Por fim, em 2001 a Boucinhas & Campos, menciona em seu parecer o seguinte texto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.d, o Banco é uma das patrocinadoras da FUSESC - Fundação CODESC de Seguridade Social, sobre a qual está sendo analisado o novo estatuto, o regulamento do plano de benefícios e o convênio de adesão, cuja meta é a migração dos participantes ativos do Banco para um novo plano com contribuição definida. Embora a Administração do Banco tenha a expectativa de que a referida migração tenha sucesso, não é possível ainda, determinar o montante de recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial na data base de 31 de dezembro de 2001, inclusive em razão da aplicabilidade ou não, dos efeitos do Decreto 3721/2001. Considerando o plano de benefícios atual, o balanço patrimonial daquela Fundação em 31 de dezembro de 2001 acusou Reservas a Amortizar no montante de R\$ 315.341 mil, as quais são de responsabilidade de suas patrocinadoras. O Banco, sendo uma das patrocinadoras, não reconheceu a parcela de sua responsabilidade em suas demonstrações contábeis. (Boucinhas & Campos, 2002)

A dinâmica de contratação de firmas de auditoria do banco iniciou-se com a AUDIT no período de 1997 a 2000; sendo substituída, por força do rodízio, pela Boucinhas & Campos de 2001 a 2005, e a partir de 2006 assumiu a KPMG.

#### **2.5.4 BANCO DA AMAZONIA S.A.**

O banco acusa quatro anos com ressalva em período em que não fez reapresentação, dentre os onze do período da pesquisa, o que equivale a 36% de demonstrações com ressalvas.

O banco teve os anos de 2000, 2005, 2006 e 2007 ressaltados. Interessante notar que a ressalva feita pela Tufani, Reis e Soares, em 2000, não foi mantida pela Ernst & Young nos quatro anos seguintes (2001 a 2004), voltando a ser ressaltada a partir de 2005 pela BDO Trevisan.

Abaixo a ressalva feita pela Tufani, Reis e Soares em 2000.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos fatos descritos na nota explicativa n.º 21 as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A., em 31 de dezembro de 2000 e 1999, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira. (Tufani, Reis e Soares, 2001)

Nota explicativa citada.

#### 21. Plano de aposentadoria

O BANCO DA AMAZÔNIA S.A. é o patrocinador da Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco da Amazônia – CAPAF, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivos complementar a aposentadoria dos seus funcionários e assegurar a pensão de seus dependentes.

Desde 01.12.1993, a CAPAF foi submetida ao regime especial de administração, o qual se encerrou, em 19.10.2000, por força da Portaria n.º 784, da Secretaria de Previdência Complementar.

As contribuições do BANCO DA AMAZÔNIA S.A. são calculadas com base em 16,415% sobre a folha de salários de participação dos empregados pertencentes ao Plano de Benefícios. Neste exercício, a contribuição do Banco para a CAPAF foi de R\$ 8.540 (R\$ 9.487 em 31.12.1999).

A contribuição dos empregados da ativa, classificada em 5 categorias, é calculada sobre o salário-de-participação, a uma alíquota média de 10,262%.

A obrigatoriedade determinada pela Emenda Constitucional n.º 20, quanto à contribuição paritária entre patrocinadora e participantes, vem sendo cumprida pelo Banco.

A Emenda Constitucional n.º 20/1998 fixou o prazo de 2 anos para a revisão dos planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente aos ativos das entidades fechadas de previdência privada. Conforme publicado no Diário Oficial da União, de 26.06.2000, o BANCO DA AMAZÔNIA S.A. contratou empresa especializada para análise do déficit técnico real e as alternativas para seu equacionamento.

As sugestões apresentadas para saneamento do déficit foram:

- assunção, pela Patrocinadora, de 50% do déficit;
- implantação do Plano Misto de Benefícios, contemplando benefícios programáveis e benefícios de risco; e
- alteração do atual Plano de Benefício Definido, homogeneizando o cálculo da suplementação para os participantes que permanecerem no referido Plano.

Em reunião de 24.11.2000, o Conselho Superior da CAPAF aprovou a criação do Plano Misto de Benefícios Previdenciais, de caráter opcional, que será oferecido aos participantes (ativos e assistidos). Referido Plano foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, conforme ofício DEST/CGS n.º 344/2000, de 15.12.2000, e pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio do ofício n.º 3553/SPC/COJ, de 19.12.2000.

Ocorrendo a migração para o novo plano, o déficit de R\$ 497.370 será equacionado por meio de aporte de “Contribuições Especiais”, calculado com base no rateio, na proporção de 50% para a Patrocinadora-

Instituidora, 34% para os participantes ativos e 16% para os participantes assistidos, e será financiado em 20 anos, conforme resultado dos estudos atuariais.

As "Contribuições Especiais", destinadas à cobertura do déficit constituirão fundo patrocinado em nome de cada participante que aderir ao novo plano, com o objetivo de integralizar as reservas necessárias à concessão do benefício. Assim, o Banco ainda não constituiu provisão para esse passivo previdenciário. (Tufani, Reis e Soares, 2001)

No parecer SEM RESSALVAS emitido pela Ernst & Young em 2001, ano da transição, chega a citar que o problema teria sido “satisfatoriamente resolvido”.

As demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2001 foram por nós auditadas, com nosso parecer emitido em 13 de agosto de 2001 contendo ressalvas de limitações ao escopo de nossos exames referentes a: (i) falta de conclusão do processo de análise e classificação das operações de crédito do Banco e das operações com recursos do FNO de responsabilidade do Banco, de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999; e (ii) falta de conclusão sobre o montante da provisão de responsabilidade do Banco junto a Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco da Amazônia – CAPAF. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2, 13.e, 13.f, 16 e 18 os problemas elencados foram satisfatoriamente solucionados durante o segundo semestre de 2001.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2001, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. (Ernst & Young, 2002)

Nos anos seguintes (2002 a 2004) a Ernst & Young trata o problema como ênfase.

Feita a troca, desta vez sem motivação na norma do BACEN, assume em 2005 a BDO Trevisan que volta a ressaltar o mesmo tema, conforme vemos no parecer desse ano.

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 16.b, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF contratou uma empresa de consultoria técnica atuarial para apresentar uma proposta de viabilização dos planos de benefícios de seus participantes ativos e assistidos, no exercício de 2003. O escopo dos serviços contratados engloba o levantamento das reais expectativas e necessidades e a avaliação atuarial desses planos. Em 2005, a Administração do Banco contratou uma outra empresa de consultoria especializada nesta matéria, visando dar conformidade ou não ao resultado anterior apresentado pela consultoria contratada pela CAPAF. Desta forma, em virtude do atual estágio desse processo, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos das provisões, referentes as obrigações atuariais do Banco. Cabe ressaltar que, apesar do assunto mencionado acima, o Banco efetuou a atualização do saldo da provisão / déficit atuarial, com base na Deliberação CVM 371, de 13 de Dezembro de 2000, a qual está representada pelo saldo de R\$ 280.298 mil, em 31 de Dezembro de 2005. (BDO Trevisan, 2006)

Em 2006 a BDO Trevisan mantém a ressalva.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, o Banco da Amazônia S.A. e as entidades representativas dos empregados ativos e assistidos (aposentados e pensionistas), sob a orientação da consultoria técnica atuarial contratada, e em atendimento ao Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos da CAPAF, concluíram a elaboração dos regulamentos do “Plano Saldado” e do “Novo Plano de Previdência Complementar”, os quais foram aprovados pelas partes (Banco e CAPAF). Na data-base 31 de dezembro de 2005, o déficit atuarial preliminarmente estimado pela consultoria contratada pelo Banco, para efeito de saldamento totalizava o montante de R\$ 860.000 mil, compreendendo nesse valor a responsabilidade do Banco e dos empregados ativos e assistidos. A implementação final do projeto de reestruturação dependerá da pré-adesão dos participantes e assistidos pelos planos, em percentual que admita a efetivação da reestruturação, além da apreciação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST. Em virtude do atual estágio desse processo, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos das provisões para obrigações atuariais do Banco junto a CAPAF, que totaliza o montante de R\$ 347.918 mil, em 31 de dezembro de 2006. (BDO Trevisan, 2007)

Por fim, em 2007 a BDO Trevisan ressaltou o parecer com o seguinte texto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, o Banco da Amazônia S.A. e as entidades representativas dos empregados ativos e assistidos (aposentados e pensionistas), sob a orientação da consultoria técnica atuarial contratada, e em atendimento ao Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos da CAPAF, concluíram a elaboração dos regulamentos do “Plano Saldado” e do “Novo Plano de Previdência Complementar”, os quais foram aprovados pelas partes (Diretoria Executiva do Banco e Conselho Deliberativo da CAPAF). Na data-base 31 de dezembro de 2005, o déficit atuarial preliminarmente estimado pela consultoria contratada pelo Banco, para efeito de saldamento, totalizava o montante de R\$ 860.000 mil, compreendendo nesse valor a responsabilidade do Banco e dos empregados ativos e assistidos. A implementação final do projeto de reestruturação dependerá da pré-adesão dos participantes e assistidos pelos planos, em percentual que admita a efetivação da reestruturação, além da apreciação da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST e do Ministério da Fazenda. Em virtude do atual estágio desse processo, não nos foi possível formar uma opinião quanto aos possíveis efeitos que poderão advir quando do encerramento do processo de reestruturação e quanto a adequação dos valores representativos das provisões para obrigações atuariais do Banco junto a CAPAF, no montante de R\$ 315.471 mil, e o respectivo crédito tributário no montante de R\$ 99.396 mil.

Conforme nota explicativa nº 14, o Banco possui registrado no ativo na conta Rendas a Receber o montante de R\$ 149.727 mil, referente à taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, devida ao Banco, por serviços prestados ao FINAM na qualidade de Operador, relativo ao período de março de 2005 a 31 de dezembro de 2007. De acordo com a legislação vigente, foram revogados os artigos do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, referentes aos incentivos fiscais no âmbito da SUDAM, tendo sido criado o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Conforme consta no website do Ministério da Integração Nacional, o FINAM está fechado para novos projetos. As demonstrações contábeis do FINAM do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram por nós auditadas e nosso parecer, datado de 8 de fevereiro de 2008, foi emitido com abstenção de opinião. Adicionalmente, o critério de cálculo acima referido, cujo montante para o

exercício de 2007 foi calculado com base na Portaria Interministerial nº 1 de 27 de dezembro de 2007 dos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda, está em discussão no âmbito dos Ministérios tendo sido inclusive suspensa por 180 dias a retroatividade prevista naquela Portaria, através da Portaria Interministerial MI/MF 01/08. Nessas circunstâncias, não é possível concluirmos sobre a adequação do referido ativo e sua realização. (BDO Trevisan, 2008)

Registramos a dinâmica de contratação de auditorias pelo banco, sendo a Tufani, Reis e Soares contratada de 1997 a 2000. Por força do rodízio obrigatório, o banco contratou os serviços da Ernst & Young de 2001 a 2004; e a partir de 2005 contratou a BDO Trevisan.

### **2.5.5 BANCO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

O banco teve uma ocorrência de ressalva em ano que não reapresentou sua demonstração.

A empresa teve ressalvas sem reapresentação apenas no ano de 2003, quando a Deloitte emitiu o parecer com a seguinte ressalva.

3- Não recebemos a resposta à carta de confirmação de saldos encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, relativos às operações de crédito constantes da rubrica de Outros Créditos – Créditos Específicos – Alongamento de Crédito Rural, no montante de R\$ 546.677 mil, correspondentes às operações de crédito rural renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5g às demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não nos foi possível estimar os efeitos que resultariam da não aceitação dos referidos créditos, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional. (Deloitte, 2004)

O banco alternou períodos sob a auditoria da Trevisan e da Deloitte. A Trevisan auditou os anos de 1998 a 2000 e de 2004 a 2006, já a Deloitte os anos de 2001 a 2003 e 2007.

A troca da auditoria em 2001 foi motivada pela obrigatoriedade do rodízio. Cumprida a carência legal, retornou espontaneamente a Trevisan em 2004.

### **2.5.6 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

O banco recebeu parecer com ressalva feito pela Ernst & Young no ano de 1998, o qual transcrevemos.

Em 27 de fevereiro de 1998 emitimos parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 1997, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação, contendo ressalvas com referência ao efeito provocado pelo diferimento dos gastos incorridos em 1995 relacionados com redimensionamento de pessoal (PIAV) e quanto aos possíveis efeitos dos ajustes que poderiam ser requeridos, caso pudéssemos ter concluído quanto a suficiência das provisões para contingências trabalhistas e para créditos de liquidação duvidosa, que dependiam de negociações que se encontravam em curso, assim como parágrafos específicos quanto a amortização da dívida atuarial da Fundação Banrisul de Seguridade Social e quanto ao fato que aquelas demonstrações financeiras não contemplavam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de ativos, que incluíam créditos tributários computados sobre diferenças intertemporais e títulos avaliados pelo valor de face, conforme mencionado nas notas explicativas daquele relatório. Subseqüentemente, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 31 de março de 1998 foi celebrado contrato de abertura de crédito com a União e o Estado do Rio Grande do Sul, com interveniência do Banco Central do Brasil para o saneamento do Banco. Dessa forma, os efeitos dos assuntos retro mencionados foram reconhecidos em 31 de março de 1998. Esses efeitos estão apresentados na Demonstração do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 1998 como Itens não-recorrentes (R\$ 677.724 mil) e ou debitados diretamente ao resultado acumulado no patrimônio líquido (reconhecimento da dívida atuarial da Fundação - R\$ 525.389 mil) e redundaram na apuração de uma deficiência patrimonial transitória (passivo a descoberto), que foi regularizada em 29 de dezembro de 1998, através do aumento de capital descrito na nota explicativa nº 1. (Ernst & Young, 1999)

Além da Ernst & Young nos anos de 1998 a 2000, o banco contratou a PriceWaterhouseCoopers nos anos de 2001 a 2005, atendendo ao rodízio obrigatório. A partir de 2006, optou pelos serviços da Deloitte.

### **2.5.7 BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA S.A.**

O banco teve o parecer emitido pela KPMG no ano de 1998 ressalvado, sem que fosse reapresentado. Desse parecer destacamos.



Em exercícios anteriores o ITAÚ amortizou integralmente os ágios originados na aquisição de investimentos. Conforme mencionado nas Notas 2 e 12d às demonstrações contábeis, os ágios originados nas aquisições ocorridas em 1998, no montante de R\$ 457.181 mil, estão sendo amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura destes novos investimentos, enquanto que estes mesmos ágios foram amortizados integralmente no exercício de 1998 no ITAÚ CONSOLIDADO. O procedimento adotado no ITAÚ CONSOLIDADO foi extremamente conservador, considerando as perspectivas de resultados futuros dos investimentos adquiridos e, como consequência reduziu o patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 1998 e o resultado consolidado do exercício findo naquela data em R\$ 420.607 mil, líquido dos efeitos tributários. (KPMG, 1999)

O banco contratou os serviços da KPMG entre 1998 e 2000 e, atendendo ao rodízio obrigatório, a partir de 2001, optou pela PriceWaterhouseCoopers, mantendo-a até 2007.

## 2.6 ESTRATIFICAÇÃO PELO PORTE DA FIRMA DE AUDITORIA

Com o objetivo de verificar se o porte da firma de auditoria influencia os resultados desse estrato, segregamos as ocorrências das empresas que foram auditadas pelas dez maiores firmas de auditoria independente e a Arthur Andersen, e as que foram auditadas pelas demais firmas de auditoria independente, sendo obtido o seguinte quadro.

Quadro 10: Resultado da Pesquisa estratificado pelo porte da auditoria – Dez maiores + Arthur Andersen

	REAPRESENTADO			
	N	S		
		ES	EX	ES ou EX
<b>SEM RESSALVA</b>	<b>79,10%</b>	10,20%	0,00%	<b>10,20%</b>
	140	18	0	18
<b>COM RESSALVA</b>	<b>10,20%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,60%</b>
	18	0	1	1

Resultados esperados

O resultado esperado parecer “SEM RESSALVA X SEM REAPRESENTAÇÃO” foi 0,2 pontos percentuais menor que o resultado não estratificado; da mesma forma o resultado esperado “COM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO” também foi menor em 0,4 pontos percentuais.

Ambos os resultados esperados nessa estratificação por porte da firma de auditoria tiveram seu resultados inferiores à população sem estratificação.

#### Resultados não esperados

O resultado não esperado “SEM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO” mostrou redução de 0,4 pontos percentuais em relação à população não estratificada. Já a combinação “COM RESSALVA X NÃO REAPRESENTADO” aumentou 1,1 pontos percentuais, o que indica uma maior discordância de opinião em relação às ressalvas feitas pelas firmas de auditoria de maior porte e o BACEN.

O resultado “COM RESSALVA X REAPRESENTAÇÃO POR EXIGÊNCIA”, que indicaria a capacidade do parecer antecipar a reapresentação aumentou apenas 0,1 pontos percentuais em relação à população não estratificada, ficando em 0,6%.

Quadro 11: Resultado da pesquisa estratificado pelo porte da auditoria – Demais firmas

PARECER	REAPRESENTADO			
	N	S		
		ES	EX	ES ou EX
<b>SEM RESSALVA</b>	<b>81,00%</b>	4,80%	9,50%	<b>14,30%</b>
	17	1	2	3
<b>COM RESSALVA</b>	<b>0,00%</b>	<b>4,80%</b>	<b>0,00%</b>	<b>4,80%</b>
	0	1	0	1

### Resultados esperados

O resultado esperado parecer “SEM RESSALVA X SEM REAPRESENTAÇÃO” foi 1,7 pontos percentuais maior que o resultado não estratificado; da mesma forma o resultado esperado “COM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO” também foi maior em 3,8 pontos percentuais.

Ambos os resultados esperados nessa estratificação por porte da firma de auditoria tiveram seu resultados superiores à população sem estratificação e em relação ao estrato das dez maiores firmas mais Arthur Andersen.

### Resultados não esperados

O resultado não esperado “SEM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO” mostrou crescimento de 3,7 pontos percentuais o que se revela pior em relação à população não estratificada. Já a combinação “COM RESSALVA X SEM REAPRESENTAÇÃO” não registrou nenhuma ocorrência.

O resultado “COM RESSALVA X REAPRESENTAÇÃO POR EXIGÊNCIA”, que indicaria a capacidade do parecer antecipar a reapresentação foi igualmente sem ocorrência.

### Comparando os dois estratos

### Resultados esperados

Na comparação entre o estrato das dez maiores firmas mais a Arthur Andersen, em relação às demais, verificamos que os resultados esperados no grupo das dez maiores firmas foram menores. Isto indica uma dissonância maior entre as opiniões emitidas pelas firmas de auditoria de maior porte e o BACEN.

#### Resultados não esperados

O resultados não esperados “COM RESSALVA X SEM REAPRESENTAÇÃO” foram 100% identificados no grupo das dez maiores. O que indica uma grande concentração de divergências de opinião entre as maiores auditorias e o BACEN, ao passo que as demais firmas não registraram este tipo de ocorrência.

O resultado não esperado “SEM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO”, encontrado no grupo das dez maiores foi 4,1 pontos percentuais menor em relação às demais firmas.

Importante notar que no grupo das dez maiores, o percentual apurado para as reapresentações espontâneas foi de 10,2% enquanto as reapresentações por exigência não registraram nenhuma ocorrência. Já no grupo das demais firmas as reapresentações espontâneas foram 4,8% e as por exigência 9,5%. Nota-se, portanto, que as ocorrências registradas no grupo das dez maiores não tiveram como motivação o BACEN.

## **2.7 ESTRATIFICAÇÃO PELO NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Com o objetivo de verificar se o nível de governança tem influência na assertividade dos resultados esperados, segregamos os resultados pelo nível de governança atribuído aos bancos pela BOVESPA, conforme classificação disponível em seu site.

Foram subdivididos em dois grupos: o primeiro composto por bancos com algum nível de governança corporativa e o segundo composto por bancos que não receberam nenhuma classificação quanto ao nível de governança corporativa.

Quadro 12: Resultado da pesquisa estratificado por GC – Algum nível de Governança Corporativa

PARECER	REAPRESENTADO			
	N	S		
		ES	EX	ES + EX
SEM RESSALVA	81,80%	15,60%	0,00%	15,60%
	63	12	0	12
COM RESSALVA	2,60%	0,00%	0,00%	0,00%
	2	0	0	0

#### Resultados esperados

O resultado esperado parecer “SEM RESSALVA X SEM REAPRESENTAÇÃO” foi 2,5 pontos percentuais maior que o resultado não estratificado, indicando menor nível de dissonância em relação à população.

A combinação “COM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO” foi nula, não tendo registrado ocorrência.

#### Resultados não esperados

O resultado não esperado “SEM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO” apresentou 5 pontos percentuais a mais em relação à população não estratificada.

Já a combinação “COM RESSALVA X NÃO REAPRESENTADO” não registrou ocorrência.

Detalhando esta última combinação com o objetivo de verificar as ocorrências de reapresentação por exigência, analisamos a combinação “COM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO POR EXIGÊNCIA”, esta combinação poderia indicar a capacidade do parecer antecipar a exigência das demonstrações financeiras por parte do BACEN, contudo não houve ocorrência nessa combinação, o que indica, neste estrato que esta antecipação não se confirmou.

Quadro 13: Resultado da pesquisa estratificado por GC – Nenhum Nível de Governança Corporativa

PARECER	REAPRESENTADO			
	N	S		
		ES	EX	ES + EX
SEM RESSALVA	<b>77,70%</b>	5,80%	1,70%	<b>7,40%</b>
	94	7	2	9
COM RESSALVA	<b>13,20%</b>	<b>0,80%</b>	<b>0,80%</b>	<b>1,70%</b>
	16	1	1	2

#### Resultados esperados

O resultado esperado parecer “SEM RESSALVA X SEM REAPRESENTAÇÃO” foi 1,6 pontos percentuais menor que o resultado não estratificado.

Já o resultado esperado “COM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO” foi maior em 0,6 pontos percentuais.

### Resultados não esperados

O resultado não esperado “SEM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO” foi menor em 3,2 pontos percentuais em relação à população não estratificada.

Já a combinação “COM RESSALVA X SEM REAPRESENTAÇÃO” foi maior em 4,1 pontos percentuais em relação à população não estratificada.

Detalhando esta última combinação com o objetivo de verificar as ocorrências de reapresentação por exigência, analisamos a combinação “COM RESSALVA X COM REAPRESENTAÇÃO POR EXIGÊNCIA”, esta combinação poderia indicar a capacidade do parecer antecipar a exigência das demonstrações financeiras por parte do BACEN, contudo O percentual de ocorrência nesta combinação foi de 0,80% o que indica, neste estrato que esta antecipação não se confirma, mas é ligeiramente maior que a população não estratificada (0,50%).

### Comparando os dois estratos

#### Resultados esperados

Na comparação entre o estrato das firmas como GC em relação às sem GC, verificamos que os resultados esperados no primeiro grupo (com GC) foram maiores em 2,4 pontos percentuais. Isto indica maior concordância entre as opiniões emitidas pelas firmas de auditoria e o BACEN.

## Resultados não esperados

Os resultados não esperados obtiveram percentuais mais elevados nas empresas sem GC em 2,4 pontos percentuais em relação às com GC.

No estrato das empresas com algum GC observamos que todas as reapresentações foram feitas de forma espontânea, não sendo registrada nenhuma por exigência do BACEN, ao passo que nas sem GC as reapresentações por exigência alcançaram 1,7% das ocorrências deste estrato, tendo apresentado 7,40% de ocorrências com reapresentação (por exigência ou espontânea).

## 2.8 RESPOSTA À PERGUNTA DA PESQUISA

Quanto à capacidade do parecer de antecipar a exigência de reapresentação concluímos que não. Os resultados mostram que a combinação esperada de parecer com ressalva e reapresentação foi de apenas 1,0%. Em contrapartida, o resultado não esperado de parecer com ressalva e apenas apresentação foi de 9,1%, indicando pouca relação entre a ressalva e a reapresentação. Os resultados mostraram que, dos 10,1% de ocorrência com ressalvas (9,1% + 1%), apenas 1% teve reapresentação e 0,5% foi por exigência, resultado que não era esperado. A forte regulação a que as auditorias são submetidas revelaria um grau de importância elevado nos resultados por elas emitidos, o que não se confirmou nos resultados mostrando que, ou não são considerados, ou são tidos por irrelevantes.



Quanto ao porte da firma de auditoria influenciar na capacidade de o parecer antecipar a reapresentação, concluímos que não há influência.

Quanto ao nível de GC influenciar na capacidade de o parecer antecipar a reapresentação, concluímos que não há influencia.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O incentivo à popularização das aplicações no mercado de ações tem dado mais amplitude aos temas relacionados ao entendimento desta forma de aplicação, seus riscos e possibilidade de ganhos acima dos investimentos tradicionais tais como renda fixa e caderneta de poupança.

No Brasil, em um passado não tão distante, a demanda da sociedade era por aplicações que tinham como lógica a manutenção do poder de compra, e neste objetivo chegou-se a estruturar aplicações que duravam apenas um dia.

Após a estabilização da moeda, a lógica das aplicações deixou de ser a imediata reposição das perdas diárias passando a envolver questões de longo prazo, como planejamentos de aposentadoria, aquisição de bens móveis e outros que se vislumbram com um esforço de poupança. Por ter uma característica de longo prazo, a poupança destinada à aposentadoria se destacou e alcançou posição relevante no cenário nacional dos investidores, destaque que em outros mercados já se mostrou verdadeiro e de grande relevância.

O Estado brasileiro tem incentivado esta forma de investimento, dando destaque a campanhas educacionais em universidades e outras associações com o objetivo de formar futuros investidores. O incentivo à aplicação do FGTS em ações de empresas desestatizadas deu um substancial impulso a esta estratégia e os ganhos elevados dos que optaram pelo pacote de migração do FGTS para ações ajudou a dar a este tipo de investimento uma aura de excelente negócio.

A despeito da crescente e incentivada demanda por esta forma de investimento, permanecem os problemas inerentes a ela e que tem estado presente nos grandes escândalos que abalaram o mercado de ações que é o poder dos controladores, sejam acionistas majoritários ou

administradores, em relação às informações sobre o negócio e que em primeira instância são os balizadores da decisão de investir.

Enfrentando esta realidade as bolsas e seus reguladores, em todo mundo, tem buscado novas regras, práticas e técnicas na forma de preparar, na auditoria e na divulgação das demonstrações financeiras. Este esforço tem agregado aos órgãos governamentais, as associações de classe representativa dos contadores e auditores (CFC e o IBRACON), que através de sua influência sobre os profissionais que elaboram as demonstrações e nos que a auditam, tem buscando aprimorar e reduzir as possibilidades de incorreções, seja a que título for.

Ocorre que o BACEN para as instituições financeiras, e posteriormente a CVM para as demais empresas que operam na bolsa, seguindo tendência mundial, ainda que o assunto tenha provocado controvérsia em todos os países em que foi implementado, instituiu o rodízio obrigatório das firmas de auditoria. Esta decisão rompeu com a unanimidade em relação à crescente regulação e deu publicidade ao problema da qualidade da informação prestada ao mercado, tendo como principal foco a atuação do auditor independente.

Procuramos investigar que relevância tem o trabalho do auditor independente para os reguladores do mercado (BACEN e CVM) que os motivaram a interferir na relação comercial entre empresas e auditorias. Nosso foco foi verificar até que ponto o parecer com ressalva tem poder influenciar a exigência da CVM e do BACEN em relação à reapresentação das demonstrações. Era esperada uma forte correlação entre pareceres emitidos com ressalva e exigência de reapresentação, porém, nosso trabalho mostrou que esta relação não está presente na amostra composta por bancos sendo a relação esperada COM RESSALVA x COM REAPRESENTAÇÃO de apenas 1,00% das ocorrências sendo, do total, somente 0,50% da combinação COM RESSALVA x COM REAPRESENTAÇÃO POR EXIGENCIA.

Ao passo que a relação não esperada COM RESSALVA x SEM REAPRESENTAÇÃO foi de 9,10%, e SEM RESSALVA x COM REAPRESENTAÇÃO foi de 10,60%, sendo, do total somente 1,00% SEM RESSALVA x COM REAPRESENTAÇÃO POR EXIGENCIA.

Aprofundando o estudo, estratificamos a amostra pelo porte da firma de auditoria a fim de verificar se o porte da firma de auditoria teria influência na associação entre o parecer e a reapresentação, já que há estudos nos quais este quesito é tido como relevante.

Não identificamos alteração significativa no resultado esperado, que foram de 80,30% para 79,70%, variando -0,60 em relação à população sem estratificação.

Nos resultados não esperados houve pequena melhoria, passando de 19,70% para 20,30%, variando 0,60.

Concluimos que o porte da firma de auditoria, neste grupo específico, não tem relevância nos resultados apresentados.

Investigamos também se a estratificação por Governança Corporativa teria influência na capacidade de o parecer antecipar a reapresentação.

Embora observemos alteração nos resultados tanto esperados, como não esperados, não são significativas às variações.

Houve pequena melhora nos resultados esperados, passando de 80,30% para 81,80%, ao passo que os resultados não esperados passaram de 19,70% para 18,20%.

Concluimos que haver ou não algum nível de GC, neste grupo específico, não tem relevância nos resultados esperados.

Observamos, porém que há maior percentual de reapresentação espontânea no estrato das empresas com algum nível de GC em relação aos demais grupos e em relação à amostra, o

que indicaria um maior cuidado na apresentação das demonstrações independente do parecer da auditoria ou da exigência do BACEN.

Os resultados mostraram que a quase totalidade das reapresentações foram realizadas de forma espontânea, ficando o percentual de reapresentações por exigência em apenas 1,00% das ocorrências.

Uma questão relevante interferiu nos resultados apurados. O BACEN desde que foi criado o PROER tem maior poder de investigação e sansão sobre as instituições financeiras, este poder instituiu a prática de o BACEN realizar, por meios próprios, as verificações nas demonstrações das instituições financeiras em paralelo com a auditoria independente. Esta prática tem como objetivo evitar a necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras, o que poderia ser entendido pelo mercado como problema e potencialmente provocar um abalo na confiança do público, sobretudo correntista, que poderia provocar a quebra da instituição.

Embora possa explicar os resultados encontrados, confunde na motivação da instituição do rodízio já que existe uma auditoria paralela do BACEN e que, estatisticamente, os pareceres não tem relação com a exigência de reapresentação. Se esta percepção for acertada o rodízio é desnecessário.

Se uma percepção sobre esta dupla checagem pode apontar para um grau mais elevado de qualidade, já que as demonstrações foram verificadas duas vezes, uma pelo BACEN e outra pela auditoria independente, temos, porém, que os investidores estão expostos à lógica da

preservação do mercado, que pode justificar a não divulgação de problemas encontrados pelo BACEN, tenham sido ressalvados ou não pelas firmas de auditoria.

Os riscos aos investidores ficam evidenciados nas operações de recuperação de instituições financeiras que somente são divulgadas após sua efetivação, e sendo viabilizadas através de outras instituições escolhidas, unilateralmente, pelo BACEN.

Desta forma vemos claramente que a prática adotada pelo BACEN visa proteger o sistema financeiro através da proteção dos correntistas, mas deixa expostos os investidores que podem suportar perdas elevadas em empresas que até então eram tidas como saudáveis.

O justo objetivo do BACEN não deveria interferir nas atividades da CVM, uma vez que cada qual trata de interesses legítimos, um dos correntistas e do sistema financeiro, e outro dos investidores, o que se vê hoje é a sobreposição de um em relação ao outro.

Quando o BACEN sinaliza positivamente em relação a qualquer instituição as opções de investimento nesta instituição são renovadas e a existência de problemas dos quais o BACEN é conhecedor, mas não divulga distorce o objetivo de transparência das informações. Interessante notar que, com esta prática, o BACEN acentua o poder dos controladores ou investidores majoritários sobre os investidores minoritários.

Novos trabalhos poderiam investigar as empresas não financeiras, não sujeitas ao BACEN, de forma a confirmar ou não os resultados deste grupo.

Outro foco para novos trabalhos seria investigar se a pretensa proteção do BACEN ao mercado financeiro escondeu dos investidores problemas que os pareceres de auditoria independente vinham apontando em anos anteriores a liquidação das instituições.

#### 4 REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREZO, Andréa Fernandes e LIMA, Iran Siqueira. **Curso de Mercado Financeiro: Tópicos Especiais**. LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Geraldo Sampaio Franco; PIMENTAL, René Coppe (Org.). 1ª Ed., São Paulo: Atlas, 2007. Cap.1.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETO, Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria Contábil: Enfoque Teórico, Normativo e Prático** – São Paulo: Saraiva, 2008.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G.. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 9.447, de 14 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a lei 6.024, de 13 de março de 1974, e o decreto-lei 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do decreto-lei 2.321, de 1987, e da outras providências. **Diário Oficial de União**, Brasília, DF, 15/02/1997.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do contador e do guarda livros, e da outras providências. **Diário Oficial de União**, Brasília, DF, 28/05/1946.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução CVM nº 308. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998. Rio de Janeiro, 1999.

COMISSÃO NACIONAL DE BOLSAS. **Mercado de Capitais**. 6ª Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.034: Aprova a NBC P 1.2 - Independência. Brasília, Ago. 2005.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Resolução nº 2.267: Dispõe sobre a auditoria independente nas instituições financeiras, demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, fundos de investimento constituídos nas modalidades regulamentadas pelo referido Órgão e administradoras de consórcio. Brasília, Mar. 1996.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Resolução nº 3.198: Altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições

financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação. São Paulo, Mai. 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS. Resolução nº 118: Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e sobre a criação do Comitê de Auditoria. Rio de Janeiro, Dez. 2004.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: A sociedade**, São Paulo: Nobel, 2001.

FLORENTINO, Américo Matheus. **Auditoria Contábil**. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

FOLHETO [da] Comissão Nacional de Bolsa de Valores. Seminário Bolsa de Valores e Mercado de Capitais, 1994.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **Normas e Procedimentos de Auditoria**. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/publicacoes>, acessado em 17 Abr. 2008.

MALACRIDA JUNIOR, Sérgio Augusto; MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Curso de Mercado Financeiro: Tópicos Especiais**. LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Geraldo Sampaio Franco; PIMENTAL, René Coppe (Org.). 1ª Ed., São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 17.

PEREIRA, Fabiano dos Santos. **Parecer de Auditoria e Troca de Auditores: Uma Evidência nas Instituições Financeiras no Brasil**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação.

SÁ, Geraldo Tosta de. **Mercado de Ações & Bolsa de Valores**, Rio de Janeiro: Aplicação Editora Técnica, 1987.

VIEIRA, Sergio dos Santos. **O controle de qualidade nas empresas de auditoria no Brasil**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação